

## FOLHA DE S.PAULO

# CPMF gigante

Proposta de um imposto sobre pagamentos, para substituir a contribuição patronal ao INSS, é exotismo que turva debate da reforma tributária

Se as correções na Previdência constituem condição necessária para colocar as contas públicas em ordem e consolidar um cenário de juros baixos, a reforma do sistema de impostos apresenta o maior potencial para alavancar a produtividade e ampliar investimentos.

Após décadas de tentativas frustradas de mudanças, o momento se mostra propício para uma agenda ambiciosa na seara tributária. Para tanto, precisa-se de um diagnóstico correto e de bom senso na escolha de prioridades.

A equipe econômica de Jair Bolsonaro (PSL) parece dispor do primeiro requisito, mas o secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, peca ao dar ênfase a uma ideia fixa sua — a criação de um imposto sobre pagamentos, que se assemelha à malfadada CPMF.

Provoca-se com isso polêmica desnecessária e perigosa, que pode galvanizar oposição a outras propostas essenciais.

O governo pretende atuar em três vertentes, todas meritórias. A primeira e mais crítica é simplificar a taxação de bens e serviços, que hoje onera em demasia a atividade produtiva e cria enorme contencioso judicial. Tal objetivo conta com virtual consenso entre os estudiosos do assunto.

Propõe-se trocar a miríade de tributos desse tipo por um imposto sobre Valor Agregado (IVA), de modo a aproximar o Brasil das melhores práticas internacionais. A dúvida remanescente diz respeito à amplitude dessa alteração.

Cintra quer começar com um IVA federal, ao qual depois se acoplariam o ICMS estadual e o ISS municipal. Um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados prevê a substituição completa.

A segunda linha de ação se dá no gravame da renda, em que se pretende combinar uma redução da carga das empresas com cobrança sobre dividendos e redução das vantagens da chamada pejetização. Tais mudanças seriam capazes, em tese, de tornar o sistema mais progressivo e justo.

Na última frente, a da redução do custo da folha de salários, entra em cena o tal imposto sobre pagamentos — que tomaria o lugar, no exemplo mais importante, das contribuições patronais de 20% para a Previdência Social.

Não resta dúvida de que os encargos sobre a folha são elevados no país; ademais, as modernas relações de trabalho, menos ancoradas em empregos formais, podem comprometer essa base de arrecadação ao longo do tempo.

Entretanto a defesa de uma substituição pura e simples dessa taxação pela nova CPMF, com alíquota de 0,9% (a contribuição extinta em 2007 tinha alíquota de 0,38%) partilhada entre as duas partes da transação, é uma temeridade.

Nada parecido existe no mundo, o que tornaria o imposto em estudo um experimento particularmente arriscado em um país já castigado pelo colapso das finanças públicas e por exotismos de toda espécie nesse campo.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 05/05/2019	Página: A22

# FOLHA DE S.PAULO

## Filantrópicas fazem lobby por isenções de R\$ 12 bi por ano

### **Secretário da Receita defende extinção do benefício e abre disputa no governo**

4.mai.2019 às 14h00

**Bernardo Caram**  
**Brasília**

Na mira do secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, que defendeu a [extinção de imunidades tributárias](#), representantes de instituições filantrópicas se movimentam para convencer o governo a serem poupados das tesouradas da equipe econômica.

O conjunto de benefícios concedidos ao setor gera uma renúncia fiscal por parte do governo federal de aproximadamente R\$ 12 bilhões ao ano. O montante corresponde a 20% de todas as isenções sobre contribuições previdenciárias no país. Em entrevista à **Folha** na semana passada, Cintra afirmou que imunidades tributárias —como as concedidas a igrejas e instituições filantrópicas— deveriam ser eliminadas da Constituição.

O secretário afirmou que sua proposta de reforma tributária em elaboração trará o fim de toda e qualquer imunidade ou isenção existente hoje. Para ele, a concessão desses benefícios deveria ser decidida a cada ano na elaboração do Orçamento. A afirmação provocou embate interno no governo Jair Bolsonaro (PSL), [reação da bancada religiosa](#), e Cintra foi [desautorizado](#) pelo presidente da República.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, também entrou no circuito para dizer que imunidades não serão extintas. Nos bastidores, membros da área econômica argumentam que a proposta de Cintra não aumentaria a tributação final sobre essas instituições.

Isso porque a nova taxação seria compensada pela redução de encargos sobre a folha de pagamentos. A redução de incentivos setorializados é uma das principais bandeiras de Guedes. Até o momento, porém, o governo não propôs nenhum corte substancial de benefícios fiscais.

Antes mesmo da divergência pública entre Cintra e Bolsonaro, o Fonif (Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas) havia apresentado ao governo estudo com análise de dados oficiais que aponta um retorno de R\$ 7,39 em serviços para cada R\$ 1 de imunidade concedido a essas instituições.

O presidente do Fonif, Custódio Pereira, se reuniu no início deste ano com Bolsonaro e afirmou ter recebido o compromisso de que não haverá mudanças nessa área. "O presidente e o ministro Onyx Lorenzoni [Casa Civil] nos disseram que não seria feito nada contra as filantrópicas. Nós estávamos preocupados que esse assunto pudesse voltar, e eles nos deixaram tranquilos", disse. A entidade chegou a ter reunião agendada para março com Cintra, mas, no dia do encontro, o secretário não apareceu e enviou técnicos em seu lugar.

De acordo com a Receita, Cintra pretendia comparecer à audiência, mas não foi possível em razão de "compromissos de última hora". O fisco ressaltou que o grupo foi recebido pelo subsecretário substituto de Gestão Corporativa do órgão. A pesquisa do Fonif, consolidada pelas consultorias Audisa e Dom Strategy Partners, também será levada ao Congresso no fim deste mês para apresentação aos parlamentares, a quem cabe aprovar ou não alterações tributárias nessa área.

As filantrópicas são instituições privadas sem fins lucrativos que prestam serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social. Cadastradas pelo governo e com exigências a serem cumpridas, elas ficam isentas de pagar contribuições para seguridade social e outros impostos. São cerca de 12 mil entidades do tipo em atuação atualmente no país.

Instituições que não cumprem as exigências são fiscalizadas pelo governo e podem ter registros cancelados, além de débitos cobrados sobre benefícios considerados irregulares. Após as declarações de Cintra à **Folha**, o presidente do Fonif afirmou que está à disposição para voltar ao assunto com a Receita e apresentar ao secretário as contrapartidas dadas pelo setor. Embora diga que o estudo não foi elaborado por causa de um receio específico em relação ao atual governo, Pereira disse estar munido de informações para argumentar com a equipe econômica.

"Falar em tirar imunidade da filantropia é dizer que vão tirar bolsas de estudos de quem precisa, deixar de atender no SUS [Sistema Único de Saúde] e deixar de fazer assistência social. É uma injustiça. Não conosco, mas com a sociedade", afirmou. "Entendo que a intenção é de alguém que quer resolver as contas no país. Mas tem uma outra conta. Quanto o Estado vai gastar para fazer a mesma coisa que as filantrópicas fazem? É impossível", disse.

### Com filantropia, recursos deixam de entrar nos caixas públicos

Renúncia fiscal anual concedida a entidades filantrópicas, em R\$ bilhões



Montante corresponde a **20% das isenções** de contribuição previdenciária. Para cada R\$ 1 de imunidade, filantrópicas geram **retorno de R\$ 7,39**

### Filantropia no Brasil

#### Saúde

270 milhões de procedimentos ao ano

100 mil leitos

906 municípios atendidos exclusivamente por hospital filantrópico



#### Educação

2,4 milhões de alunos matriculados

725 mil bolsistas nos ensinos superior e básico



#### Assistência Social

3,6 milhões de vagas de serviços de proteção básica e especial





Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 05/05/2019	Página: A22

## FOLHA DE S.PAULO

### Indústria do cigarro ganha R\$ 7,5 bi com projeto anticontrabando de Moro

#### *Estudo ignora custos de saúde com tabagismo, dizem especialistas*

4.mai.2019 às 17h00 Atualizado: 4.mai.2019 às 21h14

**Natália Cancian Danielle Brant**  
**Brasília**

Controversa, a criação pelo Ministério da Justiça de um [grupo de trabalho](#) para avaliar uma redução de impostos sobre cigarros teve como referência estudo que projeta aumento de R\$ 7,5 bilhões no faturamento da indústria com a eliminação do preço mínimo definido para esses produtos.

O trabalho prevê ainda aumento de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação do governo, valor que viria de uma possível migração do consumo do cigarro ilegal para o legal. A proposta, que busca apontar medidas para combater o contrabando, é vista com ressalvas por especialistas ouvidos pela **Folha**.

Chamado de "Uma alternativa de combate ao contrabando a partir da estimativa da curva de Laffer e da discussão sobre a política de preço mínimo", o texto, feito em 2017, tem como autores Pery Shikida, pesquisador da Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), Mario Margarido, assessor da Secretaria de Fazenda de São Paulo, e Matheus Nicola, mestrando em economia na Unioeste. Shikida assumiu cargo no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do ministério neste ano.

O documento, encaminhado pela pasta à reportagem, foi elaborado a pedido do Idesf (Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras), que atua na área de fronteiras e tem parceria com empresas como a Souza Cruz. O presidente do instituto, Luciano Barros, no entanto, afirma que o estudo partiu de demanda espontânea, sem financiamento da indústria. Os autores também negam relação com o setor.

Ainda assim, o texto traz vários dos argumentos usados pelas empresas para questionar o aumento na tributação. O principal deles é que a elevação de impostos, realizada entre 2011 e 2016, levou a uma migração do consumo do cigarro legal para o contrabandeado. Outro fator que colaborou para essa transferência, dizem, foi a política de preços mínimos implementada a partir de 2012 para esses produtos. Hoje, cada maço parte de R\$ 5.

Com base em simulações, o estudo sugere manter a alíquota de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), mas eliminar a regra de preços mínimos, o que levaria a um barateamento do produto. O objetivo seria aumentar o poder da indústria de concorrer com o mercado ilegal. "É mais fácil deixar a indústria resolver esse problema do que o Estado ter de aumentar ações contra o contrabando e tirar dinheiro de outros setores", afirma Nicola.

De acordo com o estudo, a retirada dos preços mínimos poderia elevar o faturamento de indústria em R\$ 7,5 bilhões, um aumento de 45%. Já o governo teria aumento em torno de R\$ 2,5 bilhões na arrecadação com o aumento na produção. Em abril, o estudo foi apresentado pelos autores no Conselho Nacional de Combate à Pirataria, grupo sediado no Ministério da Justiça com membros da indústria e governo.

Pela reação no conselho, a ideia agrada aos dois lados. "Paulo Guedes [ministro da Economia] que vai gostar: deixa o mercado competir", brincou Shikida ao fim de sua apresentação.



Especialistas citados como referência no estudo, no entanto, apontam falhas na proposta. "É uma discussão incorreta", afirma o economista Roberto Iglesias, especialista em tributação de tabaco.

"O problema é eliminar o comércio ilícito. E, para isso, a melhor maneira é uma negociação com o Paraguai."

O país vizinho tem uma tributação bem mais baixa que a do Brasil —18%, ante 71%, em média, no caso brasileiro.

Segundo Iglesias, mesmo que a redução de impostos barateasse o cigarro brasileiro, o valor seria insuficiente para competir com o paraguaio. "A única maneira é conseguir que os paraguaios paguem impostos", afirma.

Além disso, lembra, não seria a primeira vez que o governo tenta combater o contrabando via redução tributária. Entre 1999 e 2007, a alíquota de IPI sobre o cigarro caiu de 42,5% do maço para uma faixa entre 20% e 25% desse valor. "Há várias maneiras de combater o comércio ilícito, mas escolhem a menos prática, ruim para a saúde brasileira e que já foi feita e não funcionou." A medida, diz, diminuiu a arrecadação e foi incapaz de conter o contrabando.

O estudo dá pouca ênfase a medidas, como reforço do policiamento das fronteiras. Também desconsidera evidências em saúde, como os custos do tabagismo, cujo prejuízo é estimado em R\$ 56,9 bilhões ao ano, e o recente aumento no consumo entre [os mais jovens](#). "O prejuízo se torna maior se contabilizado o que o governo tem de investir para prevenir o primeiro contato com o cigarro", afirma Tânia Cavalcante, à frente da comissão brasileira da Convenção-Quadro do Controle do Tabaco, tratado da OMS (Organização Mundial da Saúde) do qual o Brasil é signatário.

O único aceno à questão de saúde feito pelos autores são dados sobre a redução tributária no Canadá, realizada em 1994, o que levou a um aumento no consumo de cigarro no país. A política foi revertida e, hoje, o imposto cobrado é de 68% do preço de varejo.

Em março, o ministro da Justiça, Sergio Moro, afirmou no Congresso que, se o alívio tributário levasse a um aumento do consumo de cigarro, a medida seria descartada.

Nicola admite o risco. "Se não for feita ação forte de prevenção, o aumento no consumo realmente pode ocorrer", afirma ele, que defende campanhas direcionadas aos mais jovens.

Já Shikida diz que um aumento seria residual e que uma substituição do cigarro ilegal para o legal reduziria problemas em saúde. "Há dezenas de estudos que mostram a qualidade inferior do cigarro contrabandeado", diz.

Para André Szklo, pesquisador do Inca (Instituto Nacional de Câncer), a redução de preços não é a melhor medida para combater o contrabando. "Estudam reduzir o preço, quando deveriam aumentar. Quando há aumento de preço, há redução no consumo." Entre 2011 e 2017, após o aumento da tributação, o índice de fumantes no país passou de 14,8% para 10%.

Em nota, o ministério disse que a criação do grupo de trabalho seguiu sugestão do conselho de combate à pirataria, com base em "estudos que sugerem exaustão no modelo brasileiro de combate à pirataria e mesmo de saúde pública". A pasta repassou o artigo dos autores em seguida. Para Iglesias, não há que falar em exaustão. "Uma política é efetiva se reduzir o consumo, e isso ocorreu mesmo com o crescimento do comércio ilícito. É isso que importa."

## **Polêmica, redução de tributos opõe gigantes do tabagismo no Brasil**

Não é apenas entre especialistas que falta consenso sobre a eficácia da redução de impostos no combate ao contrabando. As próprias gigantes tabagistas divergem sobre o tema. "É preciso sim ter uma revisão do

sistema tributário. Se isso vai resultar em redução, o grupo de estudos que tem de olhar", diz Rinaldo Zangirolami, diretor da Souza Cruz.

Segundo ele, por causa do imposto mais barato em vigor no Paraguai, a faixa de preço do cigarro contrabandeado vai de R\$ 2,50 a R\$ 3,50 --ante o mínimo de R\$ 5 no Brasil. "O cerne da questão é existir um produto vendido a R\$ 2,50, sem pagar imposto e sem vigilância sanitária. É uma indústria informal que tem o crime organizado por trás."

Embora o discurso esteja alinhado com a proposta do Ministério da Justiça de discutir o tema, o diretor afirma que a empresa não foi consultada pelo governo.

Agenda oficial do secretário nacional do Consumidor, Luciano Timm, que preside o conselho contra pirataria, no entanto, aponta reunião com a Souza Cruz e Japan Tobacco em 25 de fevereiro, um mês antes da criação do grupo para discutir a redução de impostos. A pauta era uma "visão propositiva a fim de reduzir o contrabando de cigarros no país". Questionado, Zangirolami disse não saber do encontro, mas que reuniões são rotineiras.

A Folha procurou Timm para saber se a questão do imposto foi comentada, mas não obteve retorno. Para a Philip Morris, a proposta de reduzir preços do produto brasileiro para fazer com que o cigarro legal concorra com o ilegal é simplista. "Se o mercado formal baixar os preços à custa de uma redução de impostos, facilmente o mercado informal tem condições de baixar mais", diz o diretor de Assuntos Corporativos da Philip Morris, Fernando Vieira.

Para ele, a solução é aumentar o controle das fronteiras. A proposta de reduzir os tributos também tem movimentado institutos que atuam no combate ao contrabando e ligados a empresas do setor.

Para Edson Vismona, presidente do ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial), o ideal seria adotar uma regra tributária que contemplasse a segmentação de mercado, com impostos menores para produtos mais baratos. Ele também defende uma revisão do preço mínimo para que a medida seja efetiva. "A lógica é aumentar o preço dos produtos mais caros, porque esse consumo não vai migrar para o contrabando, e diminuir o tributo dos mais baratos, aos quais a população mais pobre teria acesso."

Dentro do setor, a proposta é vista como favorável à Souza Cruz, que tem forte participação em vendas de marcas mais baratas e é uma das fundadoras do ETCO. Vismona nega. "Todas as fábricas brasileiras têm produtos em uma faixa mais barata. Mas elas disputam 45% do mercado, porque o restante está com o contrabando", diz.

### Projeto quer diminuir tributação sobre cigarro



Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2019	Caderno: Notícias



Domingo, 05 de Maio de 2019 - 09:20

## **Indústria intensifica pressão por reforma tributária**

**por Folhapress**

Com a reforma da Previdência já pautada no Congresso, a indústria se articula para garantir a tramitação ainda neste ano de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que altere o sistema tributário brasileiro. Entre empresários, a leitura é de que novas regras para as aposentadorias devem ajudar a macroeconomia do país no longo prazo e, no médio, atrair investimentos, mas é a reforma nos impostos que pode reduzir o chamado "custo Brasil" das companhias.

"A reforma da Previdência é a mais importante para o país. Mas a tributária é a principal para o setor produtivo. É imprescindível", diz José Velloso, presidente-executivo da Abimaq (associação da indústria de máquinas). O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou a uma plateia de diretores e associados da Fiesp (federação das indústrias de SP) que não precisa esperar a conclusão da PEC da Previdência na Casa para pautar a reforma tributária.

A questão dos impostos foi a mais endereçada a Maia pelos participantes do encontro. "Encerrando o ciclo de debates da Previdência na comissão especial, a gente passa a ter condição de discutir a tributária", disse Maia. Paulo Skaf, presidente da Fiesp e filiado ao MDB, reforçou que a Previdência deve ter prioridade, mas disse que a sinalização de Maia foi boa.

"Se pudéssemos aprovar amanhã as duas, seria o ideal. Desde que uma coisa não atrapalhe a outra, é possível caminhar de forma paralela, com prioridade para a Previdência, mas em seguida colocando a tributária", afirmou. A comissão especial da PEC da Previdência foi instalada em 25 de abril e tem até 40 sessões para analisar o projeto. Maia já disse que a tramitação nesta fase pode durar de 60 a 70 dias.

"Temos uma ansiedade grande de encontrar melhorias no ambiente tributário. Não temos por que ficar esperando uma reforma tramitar para começar outra. Acho normal que o Parlamento discuta mais de um tema", disse Humberto Barbato, presidente da Abinee (associação da indústria elétrica e eletrônica). Para a indústria, o maior peso vem **do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)**, cobrado pelos estados por meio de 27 legislações e alíquotas diferentes.

"A reforma da Previdência é estruturante. Mas a verdade é que, na hora de emitir nota, ela não vai me influenciar", afirma Renato Jardim, superintendente de políticas industriais do Sinditêxtil-SP.



Se tudo correr bem na política, diz ele, há chance de a reforma tributária estar avançada ou até aprovada no fim deste ano. Baleia Rossi (SP), líder do MDB na Câmara, protocolou no início de abril uma PEC para alterar o sistema tributário, antes mesmo que o governo apresentasse a sua proposta.

A base para o texto de Rossi é do CCiF (Centro de Cidadania Fiscal) e encabeçada pelo economista Bernard Appy. A ideia central é substituir, em dez anos, cinco tributos que incidem sobre o consumo (ICMS, PIS/Cofins, ISS e IPI) por um imposto único com alíquota estimada de 20%.

Mexer no sistema atual esbarra em governadores e prefeitos, que temem perda de receita, além do setor de serviços, que, em geral, paga menos imposto que a indústria. Maia admitiu a empresários que uma reforma profunda exige "reorganizar o poder de estados e municípios na legislação tributária".

"A reforma da Previdência unifica a federação, mas não unifica a sociedade. Já a tributária unifica a sociedade, mas não a federação", disse. Appy argumenta que, além da transição de dez anos para empresas, haveria uma transição de 50 anos para a distribuição da receita entre estados e municípios. "O efeito de mudança sobre as finanças é muito diluído no tempo", diz.

Para Velloso, da Abimaq, o projeto tributário deve caminhar com uma proposta de novo pacto federativo. "Estados querem menos obrigações e mais receitas. Por isso digo que a reforma tributária é muito complexa e mais difícil do que a da Previdência." À reportagem o secretário da Receita, Marcos Cintra, disse que o governo quer substituir a contribuição previdenciária da folha de pagamentos por um tributo sobre todas as transações financeiras.

A CP (Contribuição Previdenciária) teria uma alíquota de 0,9%, rateada entre as duas pontas da operação. Cintra nega que seja disfarce para uma nova CPMF, que incidia sobre movimentações bancárias até 2007 e assombra empresários ainda hoje.

A indústria não rechaçou. "Não tenho preconceito. Tudo é uma questão de fazer conta", disse João Carlos Basílio, presidente-executivo da Abihpec (associação da indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos). "Não deixa de ser uma CPMF disfarçada", disse. Já o setor de serviços vê na desoneração da folha uma compensação para o aumento tributário gerado pela alíquota unificada. "Poderia ficar cerca de 28% mais barato contratar", diz João Diniz, presidente da Cebrasse (central do setor).



A Universidade Federal do Oeste da Bahia teve R\$ 11,8 milhões bloqueados pelo Ministério da Educação

## MEC corta R\$ 40 milhões de mais três universidades baianas

**BLOQUEIO** Após cortar verbas destinadas à Universidade Federal da Bahia (Ufba), o Ministério da Educação (MEC) bloqueou cerca de R\$ 40 milhões do orçamento de mais três instituições federais de ensino superior do estado. A Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) sofreu contingenciamento de 32% - equivalente a R\$ 16,3 milhões -, enquanto a Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob), de 33,2% - correspondente a R\$ 11,8 milhões - e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), de 38% - em torno de R\$ 12 milhões.

Segundo o reitor da UFRB, Silvio Soglia, caso o bloqueio não seja revertido, serviços como água, luz e telefone ficarão inviabilizados. "O bloqueio destes valores inviabiliza até o final do ano o funcionamento de vários serviços da universidade", afirmou.

Na Ufob, o bloqueio atingiu recursos orçamentários para custeio e investimento. As ações mais afetadas foram a capacitação de servidores; fomento às atividades de

graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão; e recursos de investimento utilizados para aquisição de livros, equipamentos e realização de obras. Por meio de nota, a instituição informou que o impacto será sentido a partir da metade do segundo semestre deste ano.

Na UFSB, também foram cortados recursos de custeio e capital, também utilizados

para pagamentos de despesas básicas como água, energia elétrica, bolsas de iniciação científica e extensão, contratos de pessoal terceirizado, limpeza, vigilância, motoristas, aquisição de equipamentos para equipar salas de aula e laboratórios. "São despesas sem as quais a universidade terá muita dificuldade em manter suas atividades", informou a instituição.

A universidade informou que, por ter apenas cinco anos de funcionamento, faz com que haja necessidade de um aporte grande de investimentos em infraestrutura. No momento, há três obras em andamento nos três campi (Itabuna, Porto Seguro e Teixeira de Freitas).

"Há o risco concreto de sermos obrigados a paralisar as obras, o que implica em enorme prejuízo, pois, além dos atrasos no planejamento, a universidade será obrigada a arcar com multas para as empresas contratadas, além da deterioração das obras quando de sua futura retomada", diz a nota da UFSB.

### R\$ 16,3

**milhões serão bloqueados da Universidade do Recôncavo**

### R\$ 11,8

**milhões serão cortados da Universidade Federal do Oeste da Bahia**

### R\$ 12

**milhões serão bloqueados da Universidade Federal do Sul da Bahia**

## ANÁLISE DAS NOTÍCIAS QUE MARCARAM A SEMANA

### Balbúrdia no bloqueio de verbas da Ufba

**BAHIA** Ao longo da história da Universidade Federal da Bahia (Ufba), cujo embrião foi a Escola de Cirurgia criada em 1808, o corte de 30% nos repasses de verbas anunciado com alarde pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi provavelmente um dos que mais provocaram reações e uniu a sociedade baiana em defesa da instituição. Menos pelo valor bloqueado, que chega a R\$ 37 milhões e compromete o orçamento anual da universidade, e mais pelo motivo alegado: a Ufba, assim como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense

(UFF) tiveram o orçamento bloqueado por estarem promovendo “balbúrdia”, ao mesmo tempo que não tiveram o desempenho acadêmico esperado.

Weintraub, que vem substituindo à altura o ministro demitido Ricardo Vélez Rodríguez, ambos discípulos do guru Olavo de Carvalho, justificou a decisão em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo: “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”. No final do dia, o MEC divulgou nota

tentando desfazer mais essa confusão da pasta mais atrapalhada do governo Bolsonaro, justificando que o bloqueio de 30% incluía todas as universidades e que estava condicionado à aprovação da reforma da Previdência.

Mas o estrago já estava feito e por diversos motivos. Primeiro porque, como explicou o ex-reitor da Ufba Naomar Almeida, “fazer da gestão do orçamento público instrumento de discriminação institucional, punição ideológica ou retaliação política é crime de improbida-

**37**

milhões de reais é o montante bloqueado na Ufba

**30%**

do orçamento anual da Ufba vai ficar comprometido com bloqueio

de”. Mais ainda no caso de universidades públicas, protegidas em sua autonomia pela Constituição Federal, acrescentou ele. E, para contrariar Abraham Weintraub, as três universidades que tiveram verba cortada melhoraram sua posição no principal ranking universitário internacional, o Times Higher Education (THE). O Ministério Público Federal (MPF) entrou na balbúrdia (ó ela aí de novo) e instaurou um inquérito civil para apurar os critérios que embasaram o bloqueio de verbas.



Veículo: A Tarde	Caderno: Economia & Negócios
Data: 05/05/2019	Página: B3

**AUMENTO**

## Preço do litro do óleo diesel já está maior nas refinarias

**DOUGLAS CORRÊA**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O preço médio do litro do diesel nas refinarias foi reajustado ontem, conforme informação divulgada no site da Petrobras, onde está listado 37 locais de postos de distribuição do combustível.

O aumento médio definido pela empresa ficou em R\$

0,057. O valor passou de R\$ 2,2470 o litro para R\$ 2,3047. O preço da gasolina permanece inalterado.

Greve de caminhoneiros causa desabastecimento de combustível em postos de gasolina da cidade de Teresópolis, na região serrana do Rio de Janeiro.

### **Primeiro reajuste**

O reajuste é o primeiro pra-

ticado pela petroleira para o diesel desde 18 de abril, quando os preços subiram 4,8%.

A Petrobras também reajustou em 3,43% o botijão de até 13 quilos do gás de cozinha nas refinarias, a partir deste de hoje. O botijão terá um aumento de R\$ 0,87, passando a custar R\$ 26,20 para as distribuidoras sem a cobrança de tributos.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 05/05/2019	Página:

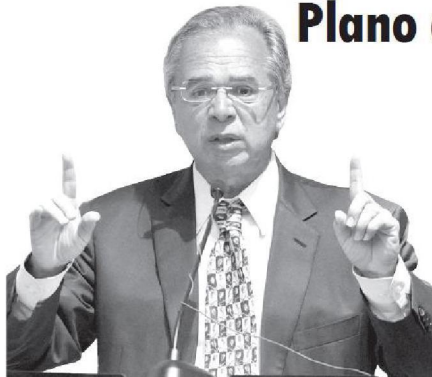


## **GÁS DE COZINHA FICA 3,43% MAIS CARO A PARTIR DE HOJE**

**AUMENTO** A Petrobras vai reajustar em 3,43%, em média, a partir de hoje, o preço do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o gás de cozinha, para botijão de 13 kg às distribuidoras, sem cobrança de tributos. O botijão de 13 kg vai custar R\$ 26,20. O último reajuste ocorreu em 5 de fevereiro, há três meses, quando o valor subiu para R\$ 25,33 para as distribuidoras. Em nota, o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindicás) informou que as distribuidoras associadas foram comunicadas do aumento ontem à tarde. De acordo com o Sindicás, o reajuste para o consumidor oscilará entre 3,3% e 3,6%.

# Tribuna

## Plano de socorro a Estados deve liberar R\$ 40 bi



**BATIZADO** pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de "Plano Mansueto", o programa permitirá aos Estados ter mais crédito para pagar funcionários e fornecedores

### ESTADÃO CONTEÚDO

Com problemas de caixa, os Estados vão ser mais uma vez socorridos pelo governo federal. Assim como seus antecessores, o presidente Jair Bolsonaro dará um alívio aos governadores, dessa vez de até R\$ 40 bilhões em quatro anos. Batizado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de "Plano Mansueto" (em referência ao Secretário do Tesouro, Mansueto de Almeida), o programa permitirá aos Estados ter mais crédito para pagar funcionários e fornecedores, entre outras despesas, desde que se comprometam a adotar medidas de ajuste. Na últi-

ma tentativa de socorro aos Estados, em 2016, a União concedeu descontos de R\$ 50 bilhões nas parcelas e alongamento das dívidas com o governo federal.

Em troca, os governos estaduais deveriam colocar um limite no crescimento das despesas correntes (sem contar investimentos). Dos 19 Estados que fizeram a renegociação, porém, dez já avisaram que não conseguem cumprir a regra. O novo plano estabelece que os governadores precisarão cumprir as medidas para ter direito à garantia da União na contratação dos empréstimos. Formalmente chamado de Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF), o projeto

não vai transferir diretamente recursos aos Estados, mas dará sinal verde para que eles possam captar no mercado em condições mais favoráveis, porque os financiamentos terão a garantia do Tesouro. Em caso de calote, a União vai honrar a dívida.

Com esse crédito, governadores com dívida baixa, mas com excesso de despesas, vão ter alívio financeiro para pagar funcionários e fornecedores. O programa tem como foco os Estados que têm nota C no ranking do Tesouro que mede o nível de bons pagadores (os melhores recebem nota A). Pelas regras atuais, os Estados com nota C não po-

dem receber garantia do Tesouro em empréstimos bancários e de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São eles: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins e Distrito Federal.

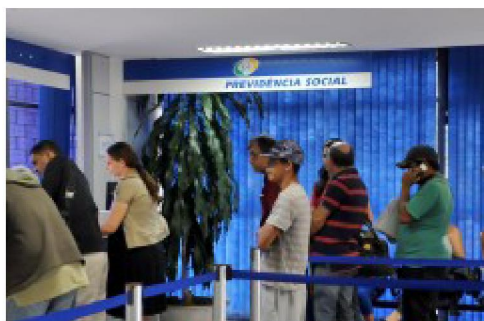
Ao jornal O Estado de S. Paulo, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirma que, se o governador tocar um programa de privatizações - o que não vai ser uma regra obrigatória do programa - o governo dará uma margem a mais para o Estado contratar crédito.



06/05/2019 - 05:00

## Reforma poupará R\$ 700 bi para União, Estados e municípios, estima J.P. Morgan

Por Sergio Lamucci



O J.P. Morgan espera a aprovação de uma reforma da Previdência que economize R\$ 700 bilhões em dez anos para o governo federal, Estados e municípios, cenário em que a dívida bruta subiria lentamente até 2024, batendo em 80,7% do PIB, e passaria a recuar nos anos seguintes, até atingir 77% do PIB em 2029. Nas contas dos economistas do banco, os R\$ 700 bilhões equivalem a cerca de 45% da poupança que, para eles, pode ser proporcionada em uma década pela proposta do governo, de R\$ 1,58 trilhão no total. Nas estimativas do J.P. Morgan, a versão original da reforma, se aprovada na íntegra, garantiria uma economia de R\$ 1,033 trilhão para a União e o restante para Estados e municípios.

Esse é o cenário-base traçado pelo J.P. Morgan, que considera um crescimento médio de 2,5% de 2021 para frente, com juros reais (descontada a inflação) de longo prazo de 3,5%. Para 2019 e para 2020, os economistas Cassiana Fernandez e Cristiano Souza projetam uma expansão do PIB de 1,5% e 2,5%.

Nas projeções desse cenário - assim como em duas outras hipóteses alternativas, uma pessimista e outra otimista -, eles consideram que o salário mínimo não terá mais aumentos acima da inflação a partir de 2020. Presumem ainda que o governo vai receber R\$ 80 bilhões relativos ao leilão de concessão dos excedentes da cessão onerosa de campos de petróleo feita à Petrobras, dinheiro que engorda o resultado primário (excluindo gastos com juros) do governo.

Além disso, Cassiana e Souza esperam que o governo terá receitas de R\$ 30 bilhões com privatizações neste ano e R\$ 45 bilhões no ano que vem e que o BNDES devolverá R\$ 126 bilhões para o Tesouro em 2019, recursos que contribuem para abater a dívida pública.

Nesse cenário, a dívida bruta do governo cresce mais um pouco em relação aos 78,4% do PIB atingidos em março, superando 80% do PIB e depois começando a cair lentamente. Um dos principais indicadores da solvência das contas públicas de um país, a dívida bruta brasileira está em alta forte desde 2013, quando terminou o ano em 51,5% do PIB. Perto de 80% do PIB, o endividamento do Brasil é bem mais alto que o da média dos emergentes, estimado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 53,4% para este ano.

"Embora nós ainda não tenhamos certeza a respeito de que aspectos da reforma da Previdência serão eliminados ou desidratados, nós esperamos que a luta do governo para criar uma base de apoio tenha um impacto significativo sobre a economia potencial a ser gerada com a reforma", escrevem Cassiana e Souza. Para eles, se a negociação envolver categorias específicas de trabalhadores, como professores e policiais, a diluição tende a ser ainda mais significativa para os governos regionais. O ponto é que elas têm maior peso na folha de pagamentos de Estados e municípios do que na da União.

No mês passado, a equipe econômica divulgou uma estimativa de que a reforma deve poupar R\$ 1,25 trilhão em dez anos para o governo federal. Nas contas do J. P. Morgan, a economia para a União seria de R\$ 1,033 trilhão.

O banco também construiu dois cenários alternativos. No primeiro, nenhuma reforma da Previdência é aprovada. Nesse caso, o crescimento médio a partir de 2021 seria de 1,5% ao ano, com juros reais de longo prazo de 4,5%, "por volta do nível atual". Nessa hipótese, a dívida bruta sobe ininterruptamente durante todo o período projetado, alcançando 106% do PIB em 2029, uma trajetória claramente insustentável.

Cassiana e Souza também constroem um cenário levando em conta a aprovação de uma reforma da Previdência mais robusta, que economize R\$ 1,6 trilhão em dez anos, incluindo aí a poupança para Estados e municípios. Nesse caso, o crescimento médio seria de 3% ao ano a partir de 2021, com os juros reais de longo prazo caindo para 3%. A dívida bruta então teria um pico de 78,3% do PIB em 2022, caindo nos próximos anos até atingir 70% do PIB em 2029. Nesse cenário mais favorável, as receitas com privatizações seriam de R\$ 45 bilhões em 2019 e de R\$ 60 bilhões em 2020.

Nas estimativas do J.P. Morgan, o resultado primário se recupera em diferentes velocidades, a depender de cada um dos três cenários, transformando-se em pequenos superávits em 2021 ou 2022, ajudados pela regra do teto de gastos, o mecanismo que limita o crescimento dos gastos não financeiros da União à inflação passada. Uma vez rompido o teto, alguns gatilhos são acionados, como o congelamento da folha de salários dos servidores públicos em termos nominais. Ao fim de 2029, haveria superávits entre 1,8% do PIB e 3,6% do PIB.

# Tribuna

O senador Otto Alencar (PSD) vê com descrédito os esforços únicos e exclusivos do governo pela aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional. Para o parlamentar baiano, o Palácio do Planalto passou os três meses da nova gestão tocando o que ele chama de "samba de uma nota só", sem apresentar outras alternativas para o crescimento do país. "Qual é o projeto para gerar emprego e renda? Não existe. E o governo não toma providência para promover essas ações que podem absorver mão de obra. Houve um momento que se disse no Congresso que a Reforma Trabalhista resolveria o desemprego. Não resolveu. Eu votei contra. E agora vem com essa proposta da Reforma da Previdência dizendo que resolve o desemprego. Não vai resolver. Isso é uma grande mentira", afirma o pessedista em entrevista exclusiva à **Tribuna**. Para ele, apesar do presidente Jair Bolsonaro (PSL) ter recebido um país em melhores condições econômicas se comparado ao ano de 2016, em que a ex-presidente Dilma Rousseff (PT) sofreu o impeachment, a falta de articulação política faz com que ações de desenvolvimento não avancem. Ainda no papo, Otto faz uma avaliação geral da cena política local e ainda revela suas projeções para o pleito de 2020.

## “A reforma da Previdência não resolverá desemprego. Isso é uma mentira”

OSVALDO LYRA  
EDITOR DE POLÍTICA

**T**ribuna da Bahia - Otto, como você avalia esse começo do governo Bolsonaro?  
Otto Alencar - As dificuldades são muitas no Brasil que ele herdou, mas é um Brasil melhor do que estava em 2016. Os indicadores econômicos são melhores. Em 2016, você tinha um recuo do PIB de 3,8, a inflação estava alta, o dólar subindo e o desemprego alto. Quando ele recebeu, já recebeu com crescimento econômico, PIB positivo de 1,6, inflação baixa e o dólar estava bem menor do que

semprego. Não vai resolver. Isso é uma grande mentira.

**Tribuna - Que outras medidas poderiam ser tomadas pelo governo para retomar o crescimento no Brasil?**

Otto - Só vai resolver se o governo conseguir aprovar projetos no Congresso e trazer uma proposta de investimentos e crescimento econômico no país. Se você me perguntar o que pode ser feito a respeito disso, tem um projeto no Senado, o PLC 79, que modifica a lei das comunicações. Traria investimento de R\$ 20 bilhões em banda larga, telefonia móvel e internet para escolas e universidades públicas. Basta aprovar no Congresso e o presidente sancionar. Outro projeto: a

rinho, com o Leonardo Rolim, vamos fazer uma reunião com os representantes dos sindicatos. Se houver provocação para se oferecer alguma coisa de parte da Comissão Especial, nós vamos fazer. Vamos aguardar o desenrolar dos fatos. O governo ainda não tem maioria. Não tem base majoritária para aprovar a PEC, nem na Câmara e nem no Senado.

**Tribuna - Como vê a estratégia do Planalto para conseguir maioria e aprovar a Reforma, tanto na Câmara, como no Senado?**

Otto - Precisa ter essa maioria clara para aprovar. Na Câmara, precisa ter 308 votos. No Senado, são 49. Não vejo ainda o governo com essa situação. O governo



O SENADOR Otto Alencar (PSD) vê com descrédito os esforços únicos e exclusivos do governo pela aprovação da Reforma da Previdência no Congresso Nacional

### ENTREVISTA

### OTTO ALENCAR

te ainda avaliou a bobagem que o ministro falou. Vamos repercutir isso no Senado. Vou levar para a reunião de líderes para tentar não permitir essa situação. Até então, quem falava em cortes era o ministro da Economia. Agora já não mudou. E per-

mar na hora certa. Qual é a hora certa? Lá na frente. Mas nada me impede de dizer que o Rui tem condições, como disse ontem, de ser o candidato do partido. Ele reúne condições, foi bem avaliado, governador do estado mais importante no pa-

pla no interior. Temos 89 prefeitos, mais de 592 vereadores, vários ex-prefeitos, 9 deputados estaduais, 5 federais e 2 senadores. É um partido que tem uma posição bem destacada. Mas isso não sobe para minha cabeça e me enfiar para

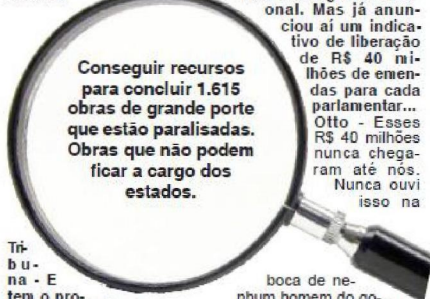


estava bem menor do que estava antes e agora voltou a crescer. Tudo isso é fruto da falta de segurança jurídica e de articulação do governo. O governo não está articulado nem na Câmara e nem no Senado. E as ações do governo são confusas. Tanto que às vezes o presidente diz e o ministro da Economia desfaz aquilo que foi feito. É só ver a última declaração dele a respeito dos juros do agronegócio, que depois foi desfeito. Então, o que vejo são cinco pilares do governo: o Palácio do Planalto, os familiares do presidente, o Mourão em atrito com o presidente, do Moro, do ministro da Economia e o Onyx. Então, são pilares que sustentam o governo e não se entendem entre si. Isso é muito ruim. Agora completamos 120 dias de governo e não existe um projeto de geração de emprego e renda, para resolver o principal: o desemprego.

**Tribuna - Como você vê as crises provocadas pelo próprio presidente e pelos filhos dele, dentro do Palácio do Planalto?**

**Otto -** Vejo com preocupação, porque são posições de ordem pessoal que são colocadas não só pelo filho do presidente, Carlos, e o próprio presidente. Acho que o Brasil não pode mais ter uma política de extremos, nem de esquerda e nem de direita. Acho que o presidente tem que procurar governar com a participação de todos os setores do Congresso Nacional, que representa a população. Vejo dificuldades muito grandes nesse sentido. Por exemplo, a reforma da Previdência, aqui na Bahia, o governador Rui Costa e lá atrás Wagner tomaram providências nesse sentido. Agora, elevou a contribuição dos funcionários públicos. A Reforma da Previdência, excluindo aposentadoria rural, BPC e a capitalização, que não tem condição de ser aprovada, além de outros pontos que precisam ser revistos, poderá passar no Congresso Nacional. Mas tem quatro meses de governo e só se fala na Reforma da Previdência. Chamo de samba de uma nota só. Qual é o projeto para gerar emprego e renda? Não existe. E o governo não toma providência para promover essas ações que podem absorver mão de obra. Houve um momento que se disse no Congresso que a Reforma Trabalhista resolveria o desemprego. Não resolveu. Eu votei contra. E agora vem com essa proposta da Reforma da Previdência dizendo que resolve o de-

semprego. Outro projeto, a cessão onerosa do pré-sal. Eu sou, inclusive, relator na Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovar e distribuir parte desses recursos para municípios e estados. Outro projeto importante: o novo marco regulatório do setor elétrico. Ao colocar em funcionamento, vai reaquecer esse setor importante. Outra coisa importante é voltar com os investimentos do Minha Casa Minha Vida para absorver mão de obra.



**Tribuna -**

**Tem o projeto dos cassinos também, não é?**

**Otto -** Tem o projeto da regulamentação do jogo no Brasil. Isso não passou nem na Câmara e nem no Senado porque houve uma reação muito grande dos representantes das igrejas evangélicas e católicas. Eu sou a favor da regulamentação do jogo nos termos em que estavam no projeto de lei, em que se tem um limite por estado e em áreas que precisam de geração de emprego. Na Bahia, poderia ter em Porto Seguro, Sauipe, Paulo Afonso, Chapada Diamantina... Pontuais. Seriam no máximo cinco ou seis localidades turísticas, dentro dos resorts e obedecendo uma legislação muito rígida para impedir lavagem de dinheiro e outras coisas.

**Tribuna - Como você vê o texto apresentado da Reforma da Previdência e o que precisa ser modificado antes de chegar ao Senado?**

**Otto -** Acho que já na Câmara vão tirar a capitalização ou estabelecer um piso para a capitalização. Quem ganha bem, pode capitalizar. Quem não ganha, com apenas três ou cinco salários mínimos, tem que ser excluído. Os outros itens eu ainda não tenho conversado com os deputados, mas vou conversar.

**Tribuna - Qual é a expectativa para a chegada da Reforma no Senado?**

**Otto -** Nós já fizemos uma reunião com o Rogério Ma-

ceda Araújo. O governo está muito inseguro e sem uma direção correta. Não está andando em linha reta. Está sem direção. Está bambeando. O governo está nessa direção e pode seguir aí com maioria, com trabalho correto e articulação política muito firme para resolver esse problema.

**Tribuna - O presidente falou muito na época da campanha sobre uma nova política, uma nova relação com o Congresso Nacional. Mas já anunciou aí um indicativo de liberação de R\$ 40 milhões de emendas para cada parlamentar...**

**Otto -** Esses R\$ 40 milhões nunca chegaram até nós. Nunca ouvi isso na

boca de nenhum homem do governo, muito menos do Onyx. Vejo isso com preocupação. Falar em política nova e fazer o dando que se recebe. Não preciso de R\$ 40 milhões para votar a favor do meu país. Nunca precisei em nenhum momento da minha vida. Voto por convicção. Se o governo vier nessa direção, não é nem política nova ou velha. É uma política que deve ser repudiada por qualquer parlamentar que tenha o mínimo de altivez.

**Tribuna - Como vê o governo atual e o excesso de militares? Isso representa algum tipo de risco para a democracia ou para o próprio presidente?**

**Otto -** Acho que os militares que estão no governo, até o momento, estão tendo maior capacidade de moderação. Não vejo nenhum risco a respeito desse momento que estamos vivendo. O governo tem bons ministros. O ministro da Infraestrutura tem se mostrado capaz. O ministro do Desenvolvimento Regional.

**Tribuna - O que fazer para reverter os cortes de 30% das universidades?**

**Otto -** Nós vamos trabalhar no Senado para tomar posições políticas e evitar esses cortes. As universidades já têm poucos recursos para suas atividades e agora vem esse corte... O ministro começou dizendo que eram três universidades que estavam fazendo balbúrdia. Depois, para consertar, disseram que seria em todas as universidades. E o presiden-

Agora isso mudou. E por uma decisão meramente ideológica. Isso nunca aconteceu no Brasil desde a redemocratização.

**Tribuna - Como está vendo a crise que se abateu sobre o Supremo Tribunal Federal? Preocupa?**

**Otto -** Já vem de muito tempo essa situação. Acho que as reuniões no Supremo ou do STJ não deveriam ser levadas ao vivo pela televisão. Os votos não deveriam nem ser conhecidos com tanta publicidade. De uns tempos para cá, alguns ministros têm sido âncoras de jornais televisivos, como aconteceu no julgamento se o presidente Lula poderia ser preso em segunda instância ou não. A ministra Cármen Lúcia passou 10 minutos no horário nobre da TV Globo. Nos Estados Unidos as decisões são exaradas e não se sabe qual foi o ministro que deu aquele parecer. Quanto à decisão do Toffoli e do Alexandre de Moraes de quererem amordaçar a imprensa, sempre fui contra. Tanto que eles recuaram. Acho errado. E continuar com inquérito sem mandado do Ministério Público antes é um absurdo. Aquele colegiado ir de encontro com o que está na Carta Magna e ser um poder investigativo e também julgador, está errado. Quanto aos problemas de ordem pessoal, prefiro me abster e não opinar.

**Tribuna - Por que a CPI da Lava Toga não avança? Há um recelo do Judiciário dentro do Senado, hoje?**

**Otto -** A CPI da Lava Toga, o relator deu um parecer contra e a Comissão de Constituição e Justiça foi contra. Respeito a decisão da Comissão, que decidiu de forma majoritária. No parlamento, quem decide é a maioria. A minoria não impõe o que deseja impor a maioria.

**Tribuna - Como avalia as especulações em torno do nome do governador Rui Costa para a Presidência em 2022?**

**Otto -** Dentro do próprio PT se fala isso. Em Brasília já ouvi várias vezes. Como também se fala, pelo PSDB, o nome do Doria. Isso é da política mesmo. Se especula em fora de hora, mas Rui preenche os pré-requisitos para ser presidente da República, como tantos outros, como o Wagner... É natural da política. No entanto, você pode ter certeza que é muito cedo ainda. Política quando você toma decisões muito cedo é precipitado. Quando toma tardiamente, é retardado. Então, tem que to-

tado mais importante na nação governado pelo PT, sétima economia do Brasil... Não é proibido falar o nome dele, agora, é muito cedo.

**Tribuna - Falando em 2022, como o PSD pretende chegar na disputa pelo governo do Estado? Já se começa a perceber essa movimentação aqui na Bahia?**

**Otto -** O PSD vai fazer a convenção agora para a escolha do diretório municipal. Não vai se falar em candidatura a prefeito, até porque não temos nomes para isso. Muito menos de candidatura a governador em 2022. Embora o partido tenha uma posição muito destacada no Estado, nós vamos pensar ainda na eleição municipal do ano que vem. E também, dentro da nossa aliança, na minha posição de presidente, vamos buscar a manutenção da aliança com o Estado. Tenho muita responsabilidade. Então, não posso errar. Tenho que conversar com todos os partidos da base. Temos que manter a solidez da nossa aliança de 2010, 2014 e 2018.

**Tribuna - Como viu o movimento para 2020? O PSD vai ter candidato em Salvador? Quais seriam as apostas do partido?**

**Otto -** Nós não temos nome ainda. Tivemos aqui em Salvador alguns dos nossos candidatos a deputado federal e estadual, que tiveram destaque muito grande. O deputado Manassés teve uma votação muito grande. Antonio Brito também teve boa votação. Entre os estaduais, Alán Castro teve boa votação. Se eles se destacam no voto em Salvador, é claro que são sempre lembrados. E também não conversamos com absolutamente nenhum nome de fora sobre esse assunto. Até lá,

tudo pode acontecer. Mas não existe um nome. O PSD vai fazer uma convenção para começar a trabalhar um nome para Salvador. Isso passa por uma conversa com o governador e com o vice-governador. Se puder ter um nome que possa contemplar os partidos aliados vai ser muito bom. É claro que os partidos da base podem sair com nomes próprios, até porque pode ter segundo turno e todos se unirão em torno do nome que agrega mais.

**Tribuna - O PSD vai se estruturar para crescer mais no interior da Bahia?**

**Otto -** Todos os partidos querem disputar para crescer. Temos uma base bem an-

cabeça e me enfiar para achar que, tendo uma posição consolidada e forte, vamos desrespeitar nossos aliados. E muito menos os nossos adversários. Vamos trabalhar para buscar os nossos espaços, mas sem entrar em confronto com a linguagem que não seja ética e parlamentar durante a campanha eleitoral.

**Tribuna - Sua trajetória e o tamanho do PSD lhe colocam naturalmente na condição de sucessor do governador Rui Costa. Aceitaria o desafio de encabeçar o governo em 2022?**

**Otto -** Acabei de falar aqui que só se toma decisão quando o momento exige. Não tenho essa pretensão e nem passa isso pela minha cabeça agora. Então, lá para o mês de março ou abril de 2022... Nunca fomo decisões depois do Camavali. Só tomo depois da Semana Santa. Então, quando chegar a Semana Santa de 2022 me procure que eu lhe respondo.

**Tribuna - Wagner disse que só voltaria a disputar o governo se essa fosse uma condição de manter o grupo unido. Como avalia essa decisão dele?**

**Otto -** A posição dele é mais ou menos parecida com a minha também. Mas eu não estou pensando nisso. Não me coloquei e nem o Wagner se colocou. E muito cedo para se pensar nessa situação. Dentro do partido, temos que lembrar um nome também que é o do senador Angelo Coronel, que teve 4 milhões de votos, foi presidente da Assembleia Legislativa da Bahia e hoje é dentro do PSD, as decisões passam por vereadores, prefeitos, deputados e passa também pela figura de proa do senador Angelo Coronel. É uma figura de destaque.

Digo a você que não tomo decisões isoladas. Tenho que ouvir todas essas lideranças que lhe falei aqui.

**Tribuna - Como avalia o pacote anticorrupção do ministro Sérgio Moro? Vai passar no Congresso?**

**Otto -** Tive uma audiência com o ministro Sérgio Moro. Conversamos sobre o projeto dele. Dentro do projeto, a única observação que faço e serei contrário é aquele artigo que praticamente autoriza agir e matar sem dar o direito de defesa. Aquilo é muito grave. Mas sou a favor dos outros itens, inclusive sou a favor de que o Coaf permaneça sob o comando do ministro Moro.

Colaborou: Henrique Brinco

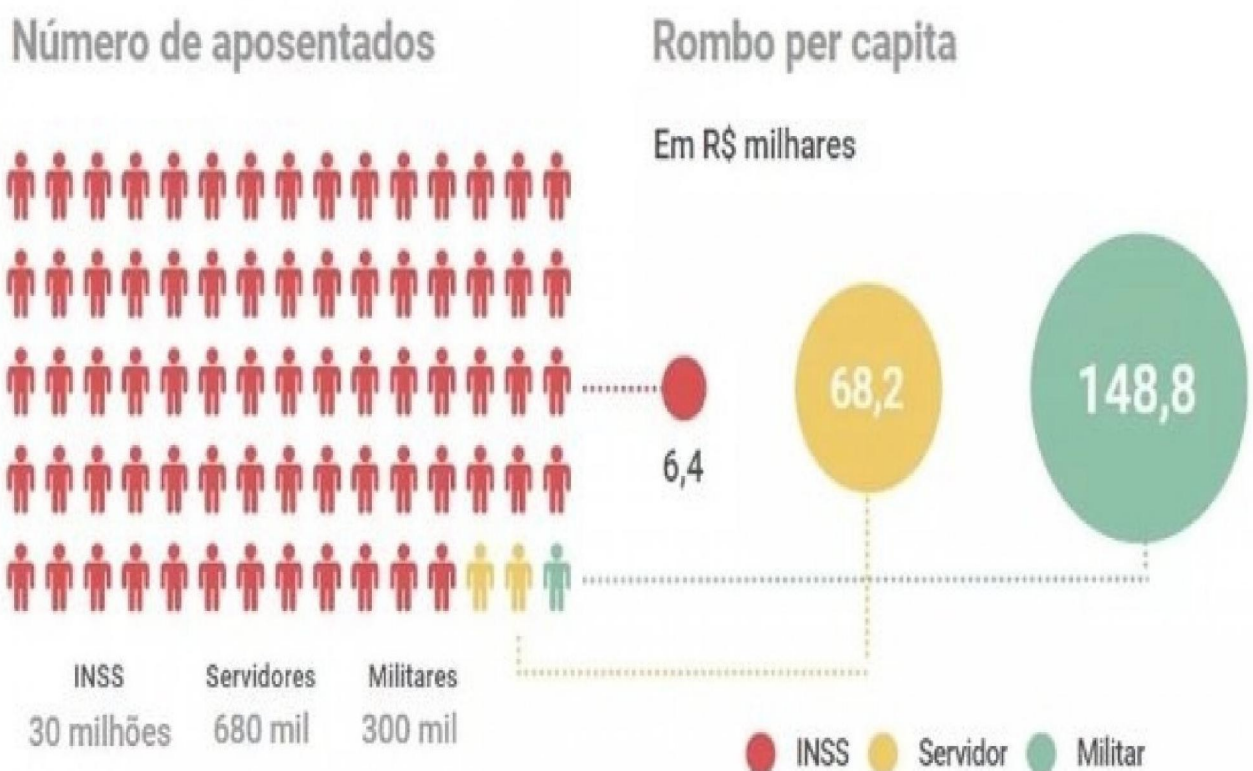




## Economia

# Servidor aposentado custa 15 vezes mais do que aposentado da iniciativa privada

Diferença acontece, principalmente, por conta dos benefícios



\* Servidores civis e militares do RPPS da União

Foto: Reprodução/Globo News

Por **Lis Grassi** no dia 04 de Maio de 2019 · 11:20

Um relatório produzido pela Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado, revela que um servidor aposentado custa atualmente aos cofres públicos quase 15 vezes o que a União gasta com um aposentado da iniciativa privada. De acordo com os dados, em 2018, quem se aposentou pelo INSS custou aos cofres públicos, em média, R\$ 6,4 mil, enquanto os servidores públicos da União aposentados, R\$ 92 mil.

De acordo com o Blog do Jão Borges, do G1, o atual sistema de Previdência no Brasil, além de comprometer a saúde das contas públicas e o pagamento das aposentadorias num futuro próximo, reforça a desigualdade entre categorias de trabalhadores. Isso acontece porque, apesar de o INSS ser responsável por dois terços do rombo de R\$ 285 bilhões da Previdência, é formado por um

contingente 30 vezes maior de beneficiários na comparação com o Regime Público da Previdência Social (RPPS), que paga as previdências privadas.

Quando se fala de servidores civis e militares, a diferença também é assustadora: o rombo per capita de funcionários públicos foi de R\$ 68,2 mil, enquanto o de militares, de R\$ 148,8 mil. A diferença entre os dois universos acontece, principalmente, pelos benefícios mais altos do funcionalismo público.



Veículo: Política Livre	
Data: 03/05/2019	Caderno: Bahia

Raul Monteiro  
**POLÍTICALIVRE**  
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

## Procuradores questionam lei que aumenta contribuição previdenciária de servidores

Foto: Política Livre



Em Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo, a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público ataca majoração da alíquota de 12% para 14%, em vigor desde março; Gilmar Mendes requisita informações ao governo e à Assembleia Legislativa baiana; julgamento pelo Plenário será direto no mérito

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) ajuizou, no Supremo, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6122 para questionar lei do Estado da Bahia que aumentou de 12% para 14% a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores estaduais. A lei foi aprovada em dezembro de 2018, e o desconto majorado passou a vigorar na folha de março de 2019. As informações foram divulgadas no site do Supremo. A Conamp aponta ‘inconstitucionalidade material’. A entidade sustenta que a Lei estadual 14.031/2018 foi aprovada sem que houvesse demonstração de estudo avaliando o equilíbrio financeiro e atuarial, conforme prevê o artigo Constituição Federal. A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público alega, também, ‘vício formal, pois o projeto de lei não foi submetido ao controle preventivo de constitucionalidade pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa’. “A rapidez no trâmite do projeto de lei, bem como a ausência de considerações e fundamentos para justificar a aumento da alíquota em sua exposição de motivos, demonstram, claramente, a intenção de aprovação da lei a qualquer custo, ainda que tivesse, para tanto, que afrontar a própria Constituição Federal”, argumenta a entidade de procuradores e promotores. Segundo a Conamp, ‘a nova alíquota caracteriza confisco, o que é vedado pela Constituição Federal’. A entidade aponta ‘violação ao princípio da isonomia, pois não houve aumento na alíquota da contribuição patronal’. O relator da ADI 6122, ministro Gilmar Mendes, ‘considerando a relevância da questão em análise’, adotou o rito previsto no artigo 12 da Lei 9.868/1999 (Lei das ADIs), que autoriza o julgamento da ação pelo Plenário do STF diretamente no mérito, sem análise prévia do pedido de liminar.

*Estadão*

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 06 /05/2019	Caderno: Economia



# Crédito aumentará com aprovação de reforma, diz Bracher

*Para presidente do Itaú, investimentos terão alta no segundo semestre, com andamento de mudanças na Previdência*

Aline Bronzati, O Estado de S.Paulo

04 de maio de 2019 | 04h00

O presidente do **Itaú Unibanco**, Candido Bracher, espera que o crescimento do carteira de **crédito** do banco se acelere ao longo deste ano com a aprovação da **reforma da Previdência** no segundo semestre. “Tivemos um bom crescimento do crédito neste primeiro trimestre e o ritmo das concessões, principalmente em março, nos encoraja a acreditar que nossa meta de crédito é factível para este ano”, afirmou, em conversa com jornalistas.

Empréstimos devem crescer até 11%, diz Bracher. Foto: REUTERS/Paulo Whitaker

A carteira de crédito do Itaú somou R\$ 647 bilhões ao fim de março, aumento de 1,6% ante dezembro e de 7,7% em um ano. O banco manteve a projeção para a expansão dos empréstimos neste ano, entre 8% e 11%. “Contamos com aprovação da reforma da Previdência no segundo semestre para acelerar os investimentos, o crédito”, disse ele.

Do lado da inadimplência, Bracher disse que o aumento do custo do crédito no primeiro trimestre está em linha com o de outros anos. Reflete, porém, aumento dos atrasos no mesmo período do ano passado “excepcionalmente baixo” e ainda dois casos de pessoas jurídicas que entraram em atraso no período, mas que já estavam 100% provisionados.

Bracher, afirmou ainda que vê com muito bons olhos o movimento capitaneado pela concorrente Cielo, que sugeriu aos órgãos reguladores a implementação de um custo

efetivo total (CET) no mercado de maquininhas. “Se o custo efetivo total for levado a frente vamos apoiar”, afirmou.

Controlada por Bradesco e Banco do Brasil, a Cielo sugere que o CET seja a soma de todas as despesas que varejistas e empreendedores têm para aceitar transações com cartões em seus negócios, incluindo a compra ou aluguel do terminal, as taxas de desconto cobradas por transações e ainda o preço para antecipar os recebíveis de cada estabelecimento.

No setor bancário, o movimento de inclusão do custo efetivo total ocorreu em 2007. A implementação do CET na concessão de crédito foi bem aceita à época, à medida que trouxe mais transparência para os consumidores do quanto pesava no bolso determinado empréstimo, incluindo os juros, tarifas e seguros cobrados pelas instituições financeiras.

A falta de transparência nas ofertas feitas no setor de maquininhas se tornou uma das principais queixas dos varejistas. Representantes defendem a comunicação mais clara e regras bem definidas em um mercado cuja concorrência disparou.

A Rede, do Itaú, começou a praticar esta semana taxa de até 3,49% para antecipar recebíveis a lojistas com faturamento anual de no máximo R\$ 30 milhões, pagando os clientes em dois dias e não mais nos tradicionais 30 dias. Com a ofensiva, eliminou uma das taxas, consolidando apenas um custo desde que o comerciante receba seus pagamentos no Itaú.

Ao rebater críticas de concorrentes de que a medida de sua controlada de isentar a antecipação de recebíveis a lojistas se justifica pelo poder econômico do banco, Bracher afirmou que todos os adquirentes têm condições de se financiarem no mercado a “taxas competitivas” e seguir o mesmo movimento.

“O guidance (*expectativas*) que reduzimos reflete o aumento da competição no mercado de adquirência e cartão. Não tenho nenhuma ilusão de que a competição vai se arrefecer”, disse Bracher.



Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 06 /05/2019	Caderno: Economia



# Juros, câmbio, ações: tudo gira em torno da reforma da Previdência

Regina Pitoscia

06 de maio de 2019 | 00h22

(\*) *Com Tom Morooka*

O andamento da reforma da Previdência Social na Câmara continua no centro das atenções de investidores e do mercado financeiro. O principal foco de interesse nesta semana, a segunda de maio, é a reunião da Comissão Especial, marcada para terça-feira, em que o governo precisará dos votos de 25 deputados para a aprovação do relatório.

Número maior de votos seria visto como uma medida do cacife do governo para dar andamento ao projeto no Congresso e tenderia a repercutir positivamente nos mercados, com valorização das ações e queda da moeda norte-americana.

É a expectativa em torno do que pode acontecer ou deixar de acontecer com a tramitação do projeto de na Previdência Social e do que ela pode render em economia para as contas públicas, ao fim e ao cabo de sua aprovação, que continua ditando a trajetória dos mercados, especialmente dos de ações e de dólar, mas o de juros também.

De acordo com o analista da Socopa, Nicolas Takeo, o mercado de ações está muito ligado ao cenário doméstico, em que a questão política é muito forte, avalia, com vetor principal na agenda de reformas, onde a previdenciária é o destaque.

Ele afirma que o investidor estrangeiro, tradicionalmente protagonista da valorização da bolsa de valores, permanece cauteloso, sem apetite para compra de ações, diante de incertezas com a agenda política e de uma economia que demora para reagir.

“Um cenário mais claro vai demorar um pouco mais”, avalia Nicolas Takeo. “Enquanto isso, a bolsa de valores tende a reagir mais a fatores pontuais, com movimentos laterais e acomodação de preços que devem fazer o Índice Bovespa andar em um intervalo entre 95 mil e 97 mil pontos”. O Ibovespa fechou a sexta-feira em 96.007 pontos, com alta de 0,50%.

Com a perspectiva de acomodação do mercado de ações no curto prazo, a indicação do analista da Socopa para maio, com vistas à formação de uma carteira rentável no médio e longo prazo, está distribuída entre as ações do setor de varejo, de bebidas e alimentos, de saúde, de educação e infraestrutura.

Nicolas afirma que setores de varejo de forma geral, mas sobretudo os de alimentação e roupas, podem beneficiar-se do crescimento em médio e longo prazos e tirar proveito da melhora do consumo.

### **Novo piso para o dólar**

No sobe e desce das cotações dos últimos dias, o dólar pode ter encontrado novo piso, ao redor de R\$ 3,90, depois de oscilar insistentemente em um intervalo entre R\$ 3,96 e R\$ 3,92.

A oscilação das cotações nesse intervalo é reflexo de busca de proteção pelos investidores na moeda americana, por causa de temores com a discussão da reforma previdenciária, na Câmara, avalia Tarcísio Rodrigues Joaquim, diretor de Câmbio do Banco Paulista.

“É uma proteção defensiva, diante do cenário de incertezas internas que se mistura também com a insegurança com o cenário externo, associado ao desempenho da economia de alguns países da Europa e do Japão”, afirma Rodrigues Joaquim, lembrando que apenas a economia dos Estados Unidos parece andar bem, com bons dados sobre o emprego, ainda que persista certo temor com possível alta dos juros.

### **Definição da Selic**

Embora a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central (BC), tenha deixado de atrair maior interesse, dada a repetida manutenção da taxa básica de juros, a Selic, em 6,50% ao ano, o encontro desta semana, o terceiro do ano, não deixa de chamar a atenção. Ainda que a quase totalidade das opiniões de analistas e economistas do mercado financeiro aponte para mais uma estabilidade da Selic.

A reunião começa na terça e termina na quarta-feira, quando o BC anuncia a decisão no início da noite. Motivos, como a inflação baixa e sob controle, não faltam para o BC reduzir mais a taxa básica para tentar reativar a economia, que continua travada e patinando.

Mas não são apenas essas cartas que estão na mesa. A estabilidade da Selic, que deve ser repetida esta semana, espelha uma atitude cautelosa do BC diante de incertezas com a aprovação da reforma, vista como condição necessária para colocar a dívida pública no caminho do ajuste.

Como se sabe, o Tesouro financia a dívida pública federal, que passa de R\$ 3 trilhões, com a colocação de títulos no mercado financeiro. Investidores (bancos, empresas e investidores) que compram esses títulos recebem como remuneração a taxa Selic, mas em momentos de tensão passam a exigir uma remuneração mais atraente para compensar riscos.

A expectativa é que, aprovada uma reforma previdenciária com ganho robusto nas contas públicas e mantido o cenário de inflação baixa, o BC se sentiria à vontade para promover cortes adicionais na Selic. Até lá, manteria a taxa básica onde está há mais de um ano para não precisar fazer eventuais ajustes para cima, se as propostas de mudança nas regras de aposentadoria tiverem tropeços em sua longa caminhada pelo Congresso.



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 06/05/2019	Coluna: Economia



## COMISSÃO DA PREVIDÊNCIA REÚNE-SE AMANHÃ PARA ACELERAR REFORMA



6 Maio, 2019 - 07:27

A comissão especial que vai analisar o texto da reforma da Previdência na Câmara terá a primeira reunião nesta terça-feira (7), às 14h30. Conforme cronograma apresentado pelo presidente do colegiado, deputado Marcelo Ramos (PR-AM), serão realizadas 11 audiências públicas com cerca de 60 convidados para debater o tema. Segundo Ramos, o objetivo é aprovar a reforma na comissão e entregar a matéria para análise do Plenário da Câmara até julho.

# Tribuna

## DEM se movimenta para ganhar poder com a reforma tributária

RC RODOLFO COSTA  
CORREIO BRAZILIENSE

O DEM está trabalhando pesado para ampliar sua força no Congresso e em todo o país. A legenda vai apoiar a PEC da Previdência, mas é com a reforma tributária que planeja demarcar território e ampliar o protagonismo. Enquanto o governo mantém o foco em aprovar as mudanças nas regras da aposentadoria, a sigla crava o DNA numa bandeira em que não precisa dividir os louros com ninguém e sem a mesma impopularidade que a reforma previdenciária. O PSDB, no entanto, monitora de perto os

movimentos e se articula para colar a imagem à matéria, de olho em uma possível fusão para as eleições de 2022.

A estratégia do DEM é articular a construção do texto da reforma tributária na sombra da Previdência. Enquanto a PEC 6/2019 está sendo apedrejada pela oposição e ameaçada de desidratação pelo Centrão, a que modifica o sistema tributário é costurada sem a mesma exposição e com um viés mais palatável. Afinal, a ideia central é desonerar o consumo com substituição de tributos — que hoje incidem sobre bens e serviços — por um imposto único federal, e tributar os

distribuído para acionistas de empresas. Ou seja, a ideia é taxar os mais ricos.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), deu aval para o deputado Luis Miranda (DEM-DF) presidir a Subcomissão Especial da Reforma Tributária. O colegiado tem por objetivo montar e aprovar a PEC referente ao tema. Na terça-feira, definirá a convocação de representantes públicos e especialistas para debater o texto.

A reforma tributária é de conhecimento do governo, que, por ora, não participa da articulação. A Casa Civil, comandada pelo ministro Onyx Lorenzoni, do DEM, deixou as conversas abertas e se



**O PRESIDENTE** da Câmara, Rodrigo Maia, deu aval para o deputado Luis Miranda presidir a Subcomissão da Reforma Tributária

mantém concentrada na aprovação da reforma da Previdência. A ausência da pasta no diálogo, no entanto, não é negativa. É um movimento que fortalece a interlocução interna do partido na Câmara. Todos os passos são

monitorados de perto pelo Senado, presidido por Davi Alcolumbre (DEM-AP). O senador defende a aprovação de uma reforma tributária e não obstruiria a tramitação da proposta na Casa, diz um interlocutor. O encaminhamento da

reforma é avaliado como o principal trunfo do DEM para as eleições de 2020 e 2022. Diferentemente da PEC da Previdência, que mexe com direitos e, por isso, é impopular, a tributária pode ampliar a renda dos trabalhadores e melhorar a capacidade de investimento dos estados e municípios, com arrecadação para os gestores. Só a tributação de dividendos deve gerar uma receita de R\$ 150 bilhões, calcula o Fisco. Favorece, sobretudo, partidos bem estruturados e orgânicos, como o Democratas. Além da filiação partidária de prefeitos, como o de Imperatriz (MA), Assis Ramos; e o de Curitiba (PR), Rafael Greca; o partido está se fortalecendo nas bases eleitorais.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Folhainvest
Data: 06/05/2019	Página: 01

# FOLHA DE S.PAULO

## Maldição de maio assombra investidor e leva mercado a cautela

### ***Há nove anos Bolsa cai no mês, que teve impeachment, Joesley e caminhoneiros; atenção se volta para Previdência***

6.mai.2019 às 2h00

**Tássia Kastner Júlia Moura**  
**São Paulo**

No ano passado, foram os [caminhoneiros](#). Em 2017, o Joesley Day. Um ano antes, o afastamento da então presidente, Dilma Rousseff. Esses três episódios ajudaram a consolidar entre analistas do mercado financeiro e investidores a percepção de que maio é mês de perdas na Bolsa brasileira.

As tragédias recentes de maio apareceram em relatórios do início deste mês divulgados por corretoras, uma espécie de alerta a investidores que o pior pode estar por vir, mesmo que ele não perdure.

“Maio não é um mês bom historicamente, mas é complicado fazer análise em torno disso”, afirma Karel Luketic, analista-chefe da XP Investimentos.

Se rentabilidade passada não é garantia de ganho futuro, como prega a cartilha dos investimentos, o mesmo vale para perdas. Especialmente quando notícias específicas e inesperadas serviram para reverter as expectativas de investidores e justificar as baixas nos mercados de risco.

Os episódios citados no início deste texto mostram pontos em que o mercado sofreu com reversão de expectativas. A paralisação dos caminhoneiros afetou a economia do país e minou o crescimento do ano, que já vinha ruim, enquanto no exterior os Estados Unidos subiam juros e afetavam o fluxo de dinheiro para países emergentes.

Em 2017, o episódio que ficou conhecido como Joesley Day —em 18 de maio, o dia seguinte após a [divulgação](#) da gravação de conversa comprometedoras entre o então presidente, Michel Temer (MDB), e Joesley Batista, da JBS —sepultou a tramitação da reforma da Previdência que era negociada no Congresso. Temer trocou a proposta pela articulação para evitar um processo de impeachment.

[Impeachment](#) foi também o que levou a perdas em maio de 2016, quando o Congresso afastou do cargo a então presidente, Dilma Rousseff (PT). Ainda que a notícia, do ponto de vista do mercado, fosse positiva, havia ainda a incerteza sobre o desenrolar do processo. Dilma só perdeu o cargo oficialmente em agosto daquele ano.

A Bolsa não sobe em maio desde 2009, quando o mercado tentava se recuperar da crise financeira de 2008.

“Coincidentemente há eventos diferentes que justificaram [as quedas em maio]. Poderiam ter acontecido em março, em abril. Pode ser que maio deste ano seja a Previdência”, afirma Joelson Sampaio, coordenador do curso de economia da FGV.

A reforma da Previdência, cuja discussão na comissão especial da Câmara dos Deputados começa nesta terça-feira (7), concentra atenção dos investidores. Na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça da Câmara), a tramitação foi mais difícil que o esperado pelo mercado financeiro e encerrada no mês passado.



“Se [o investidor] está caçando pelo em ovo, tem esse evento macroeconômico”, diz Victor Candido, economista-chefe da Guide.

Luketic diz que junho também será um mês de duras negociações pela reforma. Isso indica que será um período de oscilações bruscas, mas não necessariamente de perdas.

“Maio, ao que tudo indica, vai ser um mês parecido com abril. A reforma passou de maneira mais conturbada e demorada [na CCJ], e março mostrou que a articulação política pode ser mais difícil do que pensávamos”, diz o analista-chefe da XP.

Em abril, a Bolsa brasileira subiu 0,98%, alta modesta na comparação com os principais mercados globais.

A variação esconde que o índice oscilou bastante antes de consolidar a alta e que o Ibovespa não conseguiu retornar para perto dos 100 mil pontos que atingiu em março.

“Dados estrangeiros têm mostrado sinais de melhora, que ajudam mercados emergentes. Mas maio é um mês de desafio. Nos próximos dois meses o foco é a tramitação da reforma, e isso faz o mercado ficar ansioso”, diz Luketic.

Para o pequeno investidor, as perdas de maio devem servir mais como uma história curiosa do que fundamentar mudanças na estratégia de investimentos. Especialmente porque após o tombo, nos últimos anos, houve recuperação, portanto não há motivo para vender e realizar prejuízo.

“Tem essa história de “sell in May and go away” [venda em maio e vá embora] relacionada à chegada do verão no hemisfério Norte, que os investidores saem de férias e liquidam os ativos para voltar em setembro”, diz Roberto Agi, planejador financeiro certificado pela Planejar.

“Pode ser uma profecia autorrealizável. As pessoas ficam com medo e vendem seus papéis”, acrescenta.

Ele lembra, porém, que o investimento em ações precisa ser pensado no longo prazo e com um percentual pequeno dos investimentos em Bolsa. Mesmo os mais arrojados deveriam ter no máximo 15% de suas economias investidas no mercado acionário.

A recomendação de planejadores financeiros é que o restante da carteira seja distribuído em ativos de renda fixa, como títulos públicos e CDBs. Isso minimiza risco de perdas em caso de oscilações de curto prazo. “Se maio for ruim, não venda. E, se o investidor precisar realizar [vender], é porque não pensou em médio prazo”, completa Sampaio, da FGV.

06/05/2019 - 05:00

## Recuperação fiscal do Rio é dependente de royalties

Por **Rodrigo Carro**

Vinte meses após a sua entrada em vigor no Estado do Rio de Janeiro, o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) produziu até agora resultados lastreados muito mais em receitas extraordinárias (royalties do petróleo e postergações de pagamentos) do que em medidas estruturantes. De setembro de 2017 até fevereiro deste ano, a diferença entre as medidas previstas e as realizadas com o objetivo de ampliar o fluxo de caixa fluminense era negativa em R\$ 800 milhões, segundo estimativa do Insper.

Isso porque as ações de caráter duradouro destinadas a aumentar a arrecadação foram insuficientes para reverter os resultados aquém do esperado de outras medidas. "O fechamento das contas de 2017 e 2018 foi melhor do que estava previsto no plano de recuperação fiscal [elaborado como parte do RRF]", reconhece André Marques, coordenador do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper.

Longe de refletir uma melhoria estrutural nas contas fluminenses, os resultados são reflexo direto de uma arrecadação com royalties e participações especiais do petróleo R\$ 5,9 bilhões acima do esperado para o período. Os restos a pagar - despesas assumidas, mas não quitadas até 31 de dezembro - também contribuem para mascarar a situação do caixa do Estado do Rio, alerta Marques. "Para o fim de 2018, havia uma previsão de restos a pagar de apenas R\$ 3,2 milhões. No fim das contas, esse montante foi de R\$ 13 bilhões", compara o coordenador.

O resultado nominal do governo fluminense nos dois primeiros exercícios do RRF (2017/18) foi deficitário em R\$ 18,8 bilhões, quase metade da previsão original (- R\$ 32,1 bilhões). A postergação no pagamento de fornecedores pelo Estado acaba por influenciar o comportamento do indicador porque aumenta a disponibilidade de recursos em caixa.

Uma análise dos números relativos aos três primeiros meses de 2019 indica que a situação fiscal do Estado é similar à do início do ano passado. Em valores de março deste ano, os gastos com pessoal ativo e inativo subiram 1,57%, ante o primeiro trimestre de 2018, totalizando R\$ 10,08 bilhões. Despesas correntes e investimentos apresentaram queda no período, informa o levantamento do Insper.

"Sete meses após a vitória do atual governo, não há nenhuma proposta de reorganização da estrutura de gastos públicos na Alerj. Nem [de aumento] da receita. É um governo paralisado", critica o deputado federal Pedro Paulo Teixeira (DEM-RJ), relator do Regime de Recuperação Fiscal na Câmara dos Deputados. "Falta compreensão de que a economia do Rio de Janeiro é pequena para comportar a máquina estatal atual."

Entre janeiro e março deste ano, as despesas correntes somaram R\$ 3,31 bilhões, o equivalente a uma redução de quase 20% em relação ao mesmo período de 2018. Secretário de Estado da Casa Civil e Governança, José Luís Cardoso Zamith argumenta que o corte de 20% nos cargos comissionados rendeu R\$ 2,6 milhões só nos primeiros 90 dias da administração do governador Wilson Witzel (PSC). Zamith acrescenta que o governo fluminense obteve a liberação de R\$ 1,2 bilhão em recursos que estavam arrestados em decorrência de cláusulas previstas nos acordos fechados com investidores estrangeiros para viabilizar operações de crédito lastreadas em royalties do petróleo.

Desenhado para ampliar o fluxo de caixa do Estado em R\$ 63 bilhões ao longo de três anos (2017-20), o RRF pode ser prorrogado até 2023, com o impacto adicional previsto de mais R\$ 31,34 bilhões.

No acumulado de setembro de 2017 até fevereiro de 2019, as ações voltadas para reduzir despesas de forma continuada (não pontual) haviam produzido uma economia R\$ 1,1 bilhão abaixo do projetado. Já as medidas pontuais (extraordinárias) para ampliar a arrecadação resultaram num incremento R\$ 1,7 bilhão abaixo do patamar previsto.

Para além da questão financeira, o Estado acumula desde a homologação do RRF, em setembro de 2017, mais de duas dezenas de possíveis violações aos termos do acordo fechado a União, listadas no estudo do Insper. Uma ou mais violações podem acarretar o término do acordo, o que obrigaria o governo fluminense a desembolsar de uma só vez - num prazo de 30 dias - cerca de R\$ 20 bilhões em juros e encargos da dívida com o governo federal acumulados, alerta Marques.

"O RRF é prioritário. Para tirar o Rio de Janeiro do buraco é preciso garantir a segurança jurídica", frisa o secretário Zamith, ressaltando a intenção do Estado de cumprir o contrato assinado com a União.

O reajuste do piso regional estadual acima da inflação em 2018 já foi considerado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) como uma violação ao RRF, uma vez que o impacto negativo estimado do aumento é de R\$ 317 milhões nos cofres do Estado. A questão ainda está em discussão entre o governo do Estado e o Ministério da Economia. "Todas as violações estão sendo justificadas ou sanadas", sustenta o secretário estadual da Casa Civil.

Marques, do Insper, destaca ainda o fato de a despesa total do governo fluminense com pessoal ter crescido 41% acima da inflação entre 2009 e 2018. Se no período as despesas tivessem evoluído em linha com a inflação, o gasto com pessoal teria sido R\$ 80 bilhões menor.



06/05/2019 - 05:00

## Receita terá que pagar crédito fiscal em dinheiro

Por **Arthur Rosa**

Uma instituição de ensino baiana obteve liminar para receber, em dinheiro, crédito de contribuição previdenciária no valor de R\$ 1,62 milhão. A decisão é da 12ª Vara Federal Cível de Salvador, que reconheceu a impossibilidade da compensação fiscal solicitada pelo contribuinte por meio do eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas.

A Receita Federal havia negado o pedido do contribuinte com o argumento de que o crédito, anterior ao eSocial, não poderia ser compensado com débito de período de apuração posterior à utilização do sistema. A vedação tem como base o artigo 26-A da Lei nº 11.457/2007 (que criou a Super-Receita), introduzido pela Lei nº 13.670/2018.

De acordo com a decisão administrativa, "indubitavelmente, o pedido em comento é relativo a fatos geradores anteriores à permissão legal da compensação entre créditos e débitos previdenciários e fazendários, controlados pela Receita Federal do Brasil, conhecida como compensação cruzada".

"A instituição não tem débito anterior ao eSocial. Só a vencer. É o preço que paga por se manter em dia com suas obrigações fiscais e seguir todas as orientações do Fisco", diz Carolina Silveira, do escritório Fernando Neves Advogados e Consultores, que assessora o contribuinte com os advogados Fernando Neves e Mayra Lago.

No pedido, o contribuinte também relata a impossibilidade de fazer a compensação por meio da GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social. O documento foi extinto com a entrada em vigor do eSocial.

Sem alternativa, restou ao juiz federal Ávio Mozar José Ferraz de Novaes determinar a restituição, no prazo de 30 dias, do crédito de contribuição previdenciária, reconhecido judicialmente. "Como se vê, a autoridade coatora não estabeleceu uma alternativa para que a compensação se operacionalizasse, negando vigência ao supremo princípio da coisa julgada, que lhe deferiu a possibilidade", diz o magistrado na decisão (mandado de segurança nº 5073841-04.2018.4.04.7100).

Para o advogado Alexandre Monteiro, sócio do Bocater, Camargo, Costa e Silva, Rodrigues Advogados, a decisão foi correta por não haver mecanismo para a compensação. "É uma questão de transição na sistemática de compensação. Em relação a períodos anteriores, apesar da extinção da GFIP, a possibilidade de compensação entre créditos e débitos previdenciários continua vigente", afirma. De acordo com ele, é uma questão simples, mas que poderá abarrotar ainda mais o Judiciário.



*Carolina Silveira: instituição de ensino não conseguiu fazer a compensação por estar em dia com suas obrigações fiscais*

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Folhainvest
Data: 06/05/2019	Página: 02

## FOLHA DE S.PAULO

### Sebrae prepara vacina contra facada prometida por Guedes no Sistema S

#### **Ministério da Economia prevê corte de até 50% nos repasses às entidades, que pretendem questionar na Justiça a intervenção**

5.mai.2019 às 20h00

**Mariana Carneiro Julio Wiziack**  
**Brasília**

O novo presidente do Sebrae, Carlos Melles, decidiu aderir à agenda do Ministério da Economia para evitar um [corte](#) de até 50% das contribuições que financiam o Sebrae —cujo orçamento, neste ano, é de R\$ 3,39 bilhões.

Sua ideia é apresentar ao governo, em até 90 dias, um contrato de gestão elaborado pelo próprio Sebrae, detalhando os serviços prestados pela entidade e os custos.

Pretende, com isso, evitar a imposição de um contrato elaborado pelo Ministério da Economia sobre a entidade.

Além disso, Melles mapeia políticas do governo sem fontes de financiamento e que poderão ser patrocinadas pelo Sebrae. Uma delas é um projeto de qualificação de jovens “nem nem” (que não estudam nem trabalham), do Ministério da Cidadania.

Ex-deputado federal pelo DEM, Melles afirma que o Sebrae entendeu a nova ordem dos tempos e vai se adaptar. “Nós estamos nos antecipando porque vai que amanhã ou depois o ministro toma a decisão [de cortar o financiamento]?”, disse. “O sistema S como um todo ainda não percebeu isso, o Sebrae percebeu”.

O Ministério da Economia já sinalizou às entidades do Sistema S que as não alinhadas às políticas do governo poderão ter suas fontes de receita cortadas pela metade.

Uma redução menor, de 30%, pode atingir as que aceitarem financiar parte das políticas do governo por meio da assinatura de contratos de gestão.

Melles indicou que pretende, com a iniciativa, reduzir ainda mais a facada prometida pelo ministro Paulo Guedes (Economia). “Não me preocupo com a receita, ela virá se eu provar a importância do que fazemos”, afirmou.

As demais entidades do Sistema S, como as confederações patronais da indústria, comércio e agropecuária — CNI, CNC e CNA, respectivamente— argumentam que os recursos são privados, pois são recolhidos das empresas e irrigam as entidades que as representam.

Dessa maneira, o governo não poderia decidir cortes e nem a aplicação da verba. Caso prospere o avanço sobre seu caixa, alguns dirigentes dessas entidades prometem recorrer à Justiça para manter o atual financiamento.

A maior parte das receitas do Sistema S (67%) provém de contribuições de empresas sobre a folha de pagamento e que são repassadas às entidades pela Receita Federal.

Melles [chegou](#) à presidência do Sebrae em abril, com apoio de Guedes, após uma disputa travada nos últimos meses contra as entidades —CNI, CNC e CNA fazem parte do conselho de administração do Sebrae.

Além dele, Guedes indicou Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira para a presidência do Conselho Nacional do Sesi (vinculado à CNI) e Antônio Alvarenga para o Sebrae-RJ.

Por meio do TCU (Tribunal de Contas da União), o ministro patrocina a revisão da eleição na CNC, ocorrida no ano passado. Dessa maneira, Guedes vem aparelhando conselhos que gerenciam a verba do Sistema S.

A ideia é ter mais controle sobre os gastos dessas entidades, além de reduzir o seu tamanho.

A avaliação é que o Sistema S, responsável pelas redes Sesc, Senai, Senac e Sesi, é uma caixa-preta e usa recursos em atividades que fogem à sua vocação original, da educação profissional.

Melles está tomando distância das demais entidades.

“O governo fala em caixa-preta e você não fala nada? Não pode ficar sem resposta. A nossa ordem aqui é ‘não vem falar de caixa-preta não que demonstramos’”, disse.

O novo presidente do Sebrae disse que divulgará dados sobre o financiamento do Sebrae e diz que contratou oito consultorias, entre as quais a Accenture e a Dom Cabral, para auxiliar na elaboração do contrato de gestão com o governo.

“Nós queremos saber que tipo de contrato de gestão satisfará o governo com esse dinheiro que não é público mas que temos que prestar contas”, afirma Melles.

Segundo ele, o Sebrae pode oferecer ao governo a capilaridade que já tem atuando em diferentes cidades do país na formação de gestores. Conversas iniciais começaram a ser feitas com o Ministério da Saúde e com o governo do Estado de Goiás com foco na administração de hospitais.

“Vamos apresentar o nosso contrato de gestão ao governo e vamos cumpri-lo. Se as outras entidades não seguirem o nosso exemplo será uma perda de tempo”, afirmou.



# miriam leitão



[blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/](https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/)

## Sinais negativos na economia

O governo Jair Bolsonaro está falhando com parte do seu eleitorado que acreditava em uma melhora rápida na economia. Claro que o governo mal começou, mas é fato também que começou mal. Muita gente acreditava, ao votar em Bolsonaro — e no mercado financeiro essa visão era majoritária — que haveria uma explosão de investimentos e até de vagas no mercado de trabalho. Os dois principais indicadores de emprego não mostraram isso e os índices de atividade estão piores do que o esperado. A produção industrial de março, divulgada ontem, mostrou queda de 1,3%. As projeções dos economistas eram de um negativo menor.

A medida de desemprego do IBGE, a Pnad Contínua, sempre fica mais alta no começo do ano. O desemprego subiu no primeiro trimestre em relação ao quarto, e caiu muito pouco sobre o mesmo período de 2018. No Caged, a geração líquida de empregos formais foi mais baixa do que no primeiro trimestre do ano passado. A produção industrial em 12 meses ficou negativa pela primeira vez desde agosto de 2017.

O mercado de trabalho é sempre o último a reagir aos ciclos econômicos, para o bem ou

para o mal. Já se sabia que seria assim, vai melhorar, mas devagar. Houve quem acreditasse, no entanto, que a posse de um governo que se define como liberal tivesse o poder de destravar a economia. O problema é que o governo alimenta a incerteza econômica e tem demonstrado pouca habilidade política. A reforma da Previdência, que é apenas o início da solução da crise, tem enfrentado mais dificuldades do que se esperava. A devastação no mercado de trabalho não é culpa do atual governo. Mas quando a confiança na economia sobe, as contratações aumentam. A confiança que havia subido voltou a cair.

O economista Bruno Ottoni, especialista em mercado de trabalho no Ibre/FGV, enxerga al-

guns bons sinais, mas diz que o quadro é de uma recuperação muito fraca. Em dezembro de 2018, a taxa de desemprego foi de 11,6%, a expectativa é de que chegue em dezembro deste ano em 11,4% e caia para apenas 11% no mesmo mês de 2020.

“No ano passado, houve criação de 535 mil empregos formais. Este ano, prevemos algo em torno de 700 mil. Então haverá uma melhora. O problema é que para acelerar essa geração de empregos é preciso que a economia volte a crescer mais fortemente, e ainda não estamos vendo isso nas projeções do Ibre”, explicou.

Ontem, o IBGE divulgou que a produção industrial caiu 1,3% em março, contra expectativa de recuo de 0,6%. Foi o segundo tri-

mestre consecutivo de números vermelhos no setor. Com isso, aumentaram os riscos de um PIB negativo no primeiro trimestre. A produtividade no país é baixa há muito tempo, e isso reduz a capacidade de competir mundialmente. A crise fiscal é severa e o endividamento público tem subido. Esta semana, o Banco Central divulgou mais um déficit primário, de R\$ 18 bilhões em março, com aumento da dívida bruta para 78% do PIB.

A reforma trabalhista do governo Temer teve pouquíssimos resultados concretos até agora. Ottoni tem várias suspeitas para esse efeito limitado e vê com certa cautela as informações divulgadas de maneira esparsa pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, de criação da carteira

de trabalho verde e amarela.

“Até outubro, tínhamos um candidato do PT falando em revogar a reforma trabalhista. Então a incerteza era muito grande. Só agora a Justiça está definindo a jurisprudência, mas é justamente neste momento que o novo governo fala em mais mudanças, em criação de um novo regime para os mais jovens. Em que medida as duas reformas vão se chocar? Será que isso não vai deixar o empresário confuso e atrasar ainda mais as novas contratações?”, questiona.

A ilusão de uma recuperação rápida pós-eleições deu lugar a uma nova expectativa, a de que a aprovação da Previdência vai reequilibrar as contas públicas. Melhora sim, mas no médio prazo, ao reduzir o ritmo de crescimento do déficit, e não é a panaceia. A aprovação de um projeto com economia importante terá bom impacto no clima econômico, mas muitas outras reformas são necessárias para corrigir a rota do crescimento. O Ministério da Economia tem falado sobre elas, mas de forma desorganizada. Dá a impressão de que os projetos são anunciados antes de serem formulados. Isso não ajuda. Passa a sensação de improvisado.

# A TARDE

O jornal de toda Bahia

## COPOM

### BC define na quarta-feira se mantém Selic em 6,5%

**KELLY OLIVEIRA**  
Agência Brasil, Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) faz amanhã a terceira reunião de 2019 para definir a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 6,5% ao ano. Na quarta-feira, após a segunda parte da reunião, será anunciada a taxa. Instituições financeiras consultadas pelo BC preveem que a Selic deve permanecer este ano no atual patamar.

O Copom reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia da reunião, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, analisam as possibilidades e definem a Selic.

O Banco Central atua diariamente por meio de ope-

rações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião.

#### Referência

A Selic, que serve de referência para os demais juros da economia, é a taxa média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

A manutenção da Selic no atual patamar, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta de inflação, objetivo que deve ser perseguido pelo BC.

Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Entretanto, as taxas de



BC / Divulgação / 25.06.2018

**Banco Central sedia as duas reuniões que definirão a taxa Selic**

lerância entre 2,75% e 5,75%, neste ano.

#### Histórico

De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa Selic foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% em julho de 2015. Nas reuniões seguintes, a taxa foi mantida nesse patamar.

Em outubro de 2016, foi iniciado um longo ciclo de cortes na Selic, quando a taxa caiu 0,25 ponto percentual para 14% ao ano. Esse processo durou até março de 2018, quando a Selic chegou ao seu mínimo histórico, 6,5% ao ano, e depois disso foi mantida pelo Copom nas reuniões seguintes.

Há ainda a Selic Over, que é a média ponderada de todas as operações feitas no Sistema Selic, lastreadas em títulos públicos federais com prazo de um dia. A palavra Over vem de Overnight.

## 45 dias

**É o prazo do intervalo das reuniões feitas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, para avaliar e definir a taxa básica de juros**

juros do crédito não caem na mesma proporção da Selic. Segundo o BC, isso acontece porque a Selic é apenas uma parte do custo do crédito.

Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação. Quando o

Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

A meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é 4,25%, com intervalo de to-

Veículo: Política Livre	
Data: 05/05/2019	Caderno: Economia



## **Banco Central define na quarta-feira se mantém Selic em 6,5%**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) faz na próxima terça-feira (7) a terceira reunião de 2019 para definir a taxa básica de juros, a Selic, atualmente em 6,5% ao ano. Na quarta-feira (8), após a segunda parte da reunião, será anunciada a taxa. Instituições financeiras consultadas pelo BC preveem que a Selic deve permanecer este ano no atual patamar. O Copom reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia da reunião, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, analisam as possibilidades e definem a Selic. O Banco Central atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima ao valor definido na reunião. A Selic, que serve de referência para os demais juros da economia, é a taxa média cobrada em negociações com títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, registradas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A manutenção da Selic no atual patamar, como prevê o mercado financeiro, indica que o Copom considera as alterações anteriores nos juros básicos suficientes para chegar à meta de inflação, objetivo que deve ser perseguido pelo BC. Ao reduzir os juros básicos, a tendência é diminuir os custos do crédito e incentivar a produção e o consumo. Entretanto, as taxas de juros do crédito não caem na mesma proporção da Selic. Segundo o BC, isso acontece porque a Selic é apenas uma parte do custo do crédito. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de ficar acima da meta de inflação. Quando o Copom aumenta a Selic, o objetivo é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. A meta de inflação, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%, neste ano.

*Agência Brasil*



# A TARDE

O jornal de toda Bahia

**MARÇO** Dezesseis das 26 atividades pesquisadas sofreram queda

## Produção industrial brasileira sofre recuo

**VITOR ABDALA**

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção industrial brasileira recuou 1,3% de fevereiro para março, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem no Rio de Janeiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês anterior, a indústria havia crescido 0,6%.

Foram registradas quedas em todos os tipos de comparação temporal: em relação a março do ano passado (-6,1%), média móvel trimestral (-0,5%), acumulado do ano (-2,2%) e acumulado de 12 meses (-0,1%).

Dezesseis das 26 atividades industriais pesquisadas tiveram queda na produção,

com destaque para os alimentos, que recuaram 4,9%.

Outros setores que influenciaram a queda de 1,3% da indústria em março, na comparação com fevereiro, foram automotores, rebocues e carrocerias (-3,2%), coque, produtos derivados do

**1,3%**

**foi a queda da produção industrial nacional, de fevereiro para março, segundo dados de ontem, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**



Existem temores sobre o dinamismo da atividade econômica no 2º trimestre

petróleo e biocombustíveis (-2,7%), indústrias extrativas (-1,7%) e outros produtos químicos (-3,3%).

Entre quatro grandes categorias econômicas, só bens de capital (máquinas e equipamentos usados no setor produtivo) tiveram alta (0,4%). A maior queda foi observada nos bens intermediários - insumos industrializados usados no setor produtivo (-1,5%).

Entre os bens de consumo, houve queda de 1,3% nos bens duráveis e de 1,1% nos bens semi e não duráveis.

Após a divulgação do dado, economistas disseram que aumentou a chance de o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre encolher em relação ao quarto

trimestre do ano passado. O Itaú Unibanco, por exemplo, revisou projeção, que já era de queda de 0,1%, para um recuo de 0,2%. Analistas do Bradesco escreveram em relatório que o resultado ruim da indústria deu um viés de baixa para a projeção do banco, que também era de queda de 0,1% no PIB no primeiro trimestre.

Para o economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini, que esperava 0,30% de queda na produção industrial, o dado em si não tem força para alterar projeções de PIB, mas corrobora a baixa atividade econômica. "Somada a outros indicadores, (a produção industrial de março) ratifica um PIB de 1% no ano e uma Selic (a taxa

básica de juros, hoje em 6,5% ao ano) de 6%", disse Agostini. Para ele, "o Banco Central deveria cortar os juros logo".

Em relação a março de 2018, o tombo na produção industrial foi de 6,1%, a maior queda desde maio do ano passado, quando fábricas pararam por falta de insumos em meio à greve dos caminhoneiros.

**Alta**

Nove segmentos tiveram alta na produção e evitaram uma queda maior da indústria no período, com destaque para produtos farmacêuticos (4,6%).

COM INFORMAÇÕES DE VINICIUS NEDER (ESTADÃO CONTEÚDO)

# Tribuna

## PONTO DE VISTA

Marcelo Souza e Silva

### Concorrência a favor da recuperação da economia

**H**á uma regra clara, inquestionável e imprescindível na economia de mercado: quanto maior a concorrência e menor a interferência do Estado, melhor para consumidores e comerciantes. E, conseqüentemente, para a economia e o país. Nos últimos dias, tivemos boas notícias que apontam para esse caminho ao vermos um aumento da concorrência entre as empresas de máquinas de pagamento, o que tende a ser positivo para lojistas e compradores. Mas é preciso acompanhar a situação com atenção.

O primeiro passo foi dado pela Rede, empresa do Itaú, que anunciou que pa-

gará todas as vendas a crédito aos comerciantes em dois dias, eliminando a necessidade do varejista de antecipar o dinheiro. Ousada e agressiva, a estratégia derrubou as ações das concorrentes na Bolsa de Nova York, evidenciando a potência desse ramo de negócio. No dia seguinte, a PagSeguro reagiu e anunciou que os comerciantes poderão receber o dinheiro de suas vendas no cartão de crédito imediatamente.

As empresas de máquinas costumam pagar ao varejista em um dia, nas vendas a débito, ou em 30, nas operações a crédito. Prazos mais curtos no crédito têm taxas maiores para o lojista. Outros operadores tam-

bém entraram na dança. O Safra Pay, do Banco Safra, zerou as taxas para transações de até R\$ 50 mil no cartão de crédito para empresas com faturamento anual de até R\$ 50 milhões, por exemplo. Mas ainda há muito a avançar.

Essa guerra pela concorrência, em um primeiro momento, parece boa para os lojistas. Mas as entidades que representam consumidores e comerciantes devem cumprir sua função de questionar as autoridades e mostrar a seus associados eventuais riscos e propagandas enganosas. É preciso evitar a todo custo entrar nessa onda sem planejamento e prejudicar o caixa da empresa. Ou aumentar o já expressivo endividamento familiar. Ainda mais porque, atualmente, máquinas de cartão não são mais exclusividade de grandes comerciantes, mas parte essencial de um meio de vida de qualquer prestador de serviço. A cada dia que passa, o dinheiro de plástico supera

o de papel.

Os varejistas precisam verificar constantemente as taxas cobradas pelos meios de pagamento, pois podem sempre se deparar com oportunidades melhores. Ou até com ofertas que não se comprovam na prática.

A CDL de Belo Horizonte e outras associações com o mesmo propósito precisam acompanhar com lupa questionamentos feitos pelas empresas de cartão ao Cade e ao Banco Central, para aferir se as promessas estão sendo de fato cumpridas e se os benefícios não estão sendo compensados com taxas indiretas.

A cobrança de uma taxa percentual ao invés de um valor fixo sobre operações com o cartão de débito é um absurdo, já que a transação somente é efetivada se houver saldo na conta, não envolvendo crédito, e o custo das operadoras é único, independentemente do valor da fatura.

O comércio —e, conseqüentemente, os con-

sumidores— vem sofrendo muito com a prolongada recessão provocada pelos equívocos dos governos que intervieram demais na lógica da economia de mercado. Juros altos, inflação crescente, desemprego recorde e consumo em baixa formaram a penosa realidade dos últimos anos.

Agora, há sinais de recuperação no ar. O consumo começa a despertar. A reforma da previdência anda no Congresso, apesar das dificuldades. A tecnologia aproxima compradores e vendedores e reduz os custos das operações.

Ainda há muito a ser feito. Uma reforma tributária é essencial. A redução da burocracia tomará o ambiente de negócios mais atrativo. Bancos e operadores de cartões precisam se entender para reduzir taxas e eliminar exclusividades.

A CDL fará sua parte. Vamos criar um grupo de trabalho que reúna bancos, operadoras de cartão, entidades do governo e represen-

tantes dos consumidores para discutir as melhores formas para que todos possam reduzir seus custos e otimizar a recuperação econômica. Crise e recessão prejudicam a toda a sociedade. Precisamos entender como esse aumento da concorrência vai afetar a vida dos lojistas e dos consumidores e evitar armadilhas e obstáculos que impeçam que a redução de custos chegue à ponta da cadeia de consumo.

Nosso objetivo é sempre melhorar as condições para comerciantes e consumidores. Quanto maior a concorrência e menor a interferência do estado, melhor para todos. Vamos fazer nossa parte para que a roda da economia volte a girar. Esperamos que o Dia das Mães, segunda melhor data para o comércio, já reflita essa retomada.

\*Marcelo de Souza e Silva, 53 anos, é empresário, administrador de empresas e presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (2019-2021)

Veículo: Política Livre	
Data: 06/05/2019	Caderno: Economia



## **Mercado reduz projeção de crescimento do PIB de 1,70% para 1,49%**

O mercado financeiro reduziu pela 10ª vez seguida a projeção para o crescimento da economia brasileira este ano. A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – desta vez caiu de 1,70% para 1,49% este ano. Para 2020, a projeção foi mantida em 2,50%, assim como para 2021 e 2022. Os números constam do boletim Focus, publicação semanal elaborada com base em estudos de instituições financeiras sobre os principais indicadores econômicos. O boletim é divulgado às segundas-feiras, pelo Banco Central (BC), em Brasília. A estimativa de inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu de 4,01% para 4,04% este ano. Para 2020, a previsão segue em 4%. Para 2021 e 2022, também não houve alteração: 3,75%. A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 4,25% com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta: 4%. Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. O CMN ainda não definiu a meta de inflação para 2022.

*Agência Brasil*